

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 07-7-2021.

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Claudio Janta, Idenir Cecchim, Karen Santos, Mauro Zacher e Ramiro Rosário. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 014/21, discutido por Roberto Robaina, Matheus Gomes e Claudio Janta; em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 009/21, discutido por Jonas Reis e Mauro Pinheiro. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Alexandre Bobadra, Aldacir Oliboni, Jessé Sangalli, Pedro Ruas, Claudio Janta e Moisés Barboza. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 011 e 013/21, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 008, 137, 149 e 158/21 e o Projeto de Lei do Executivo nº 013/21, discutido por Idenir Cecchim, Jonas Reis, Mauro Pinheiro e Pedro Ruas; em 2ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 010/21 e o Projeto de Resolução nº 018/21. Também, Claudio Janta pronunciou-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Karen Santos, Cláudia Araújo, Pablo Melo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Barth e Bruna Rodrigues. Às dezessete horas e doze minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Registro a presença do ex-vereador João Carlos Nedel; seja bem-vindo, vereador.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial e Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0643/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/21, que altera a Lei nº 12.797, de 29 de dezembro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2021. **(SEI 118.00194/2021-50)**

4ª SESSÃO

PROC. Nº 0556/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 009/21, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022 a 2025. **Com Emendas nºs 01 a 05, do Ver. Aldacir Oliboni; Com Emenda nº 06, do Ver. Giovani e Coletivo. (SEI 118.00163/2021-07)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde às colegas vereadoras e aos colegas vereadores presentes, aos demais que nos assistem pelas redes da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Estamos na 4ª sessão especial deste projeto do Plano Plurianual. Este plano trata de pensar a cidade por quatro anos, qual a cidade que a gente quer? Qual cidade que queremos? O que o prefeito está propondo de fato? Eu ouvi muito a palavra “contratualização”; outro dia eu vi o prefeito entregando o diploma de Prefeito da Praça para cidadãos. Há muito tempo os cidadãos cuidam das praças em Porto Alegre, porque os prefeitos não querem cuidar, essa é a realidade. Se olharmos as periferias, não há um olhar para as periferias, e tiveram quatro planos plurianuais aí: Fogaça, Fortunati, Melo, Marchezan. E aí? Para que serve o Plano Plurianual? É um papel! Para esses governos de direita, é um papel! Uma burocracia apenas! Eles não cumprem o que prometem na campanha. O que o Melo está fazendo? Tudo o que o Marchezan fazia! Esta semana votaram aqui o desmonte da previdência, mesmo sabendo que tinham R\$ 3 bilhões de reais em caixa. Isso está lá no Plano Plurianual

dele, tirar dos que menos têm para dar incentivo aos que já têm, aos grandes empresários. A própria questão do transporte, essa questão de hoje, as empresas privadas estão aí deixando os ônibus dentro do estacionamento e dizendo que não têm *diesel*. Aí vai lá a Carris, salvadora da pátria, da pátria porto-alegrense, e bota as linhas a funcionarem. É a Carris pública que está segurando o transporte. E os empresários nessa licitação – o Melo vem dizer que não foi ele que fez. Ele fez sim! Ele era o vice-prefeito quando foi feita a licitação! Melo, o senhor estava com o Fortunati e fez essa licitação, e agora o senhor diz que a licitação não serve mais? Mas aí fica muito fácil, fica muito bonito. E o Plano Plurianual é a carta de intenções, mas quais intenções de fato? Quais intenções?! Vão cumprir o que prometem até 2025 ou vão somente prometer? É se aproveitar da ingenuidade de alguns, e não é porque querem e porque são ingênuos, é porque eles não têm tempo de acompanhar as sessões da Câmara de Vereadores! E muitos vereadores não vão lá dizer o que está acontecendo – essa é a realidade. Então, eu trago aqui o seguinte pensamento, uma reflexão para todos nós: quatro sessões de discussão do Plano Plurianual, e nós teremos quatro anos – quatro anos –, 36 vereadores para fiscalizar, não pode ser somente um documento, tem que ser uma motivação e uma prática diária! Eu acho que, Ver. Cecchim, tem muita gente experiente no governo Melo, muita gente experiente na política, agora, a cidade precisa virar esta página dos planos plurianuais que não são implementados. E não adianta querer implementar Plano Plurianual com esse artigo que o Melo colocou hoje no jornal Zero Hora, dizendo que a reforma da Previdência foi um passo para o futuro. Que futuro? Não foi para o futuro do serviço público! O serviço público vai ter que trabalhar muito mais para se aposentar com muito menos! As mulheres foram penalizadas – e eu não vou me cansar de falar aqui – por quatro anos! Quatro anos! Penalizaram as mulheres - assistentes sociais, enfermeiras, técnicas de enfermagem, professores, monitoras, garis, trabalhadoras do saneamento! Detonaram a carreira. E muitos vereadores que votaram pelo fim dos triênios, fim dos adicionais, pela destruição do plano de carreira no governo Marchezan há dois anos, votaram agora de novo a reforma da Previdência sem necessidade. Não tem compromisso com o serviço público. Depois vão lá cobrar, fiscalizar, como esses dias, um vereador passou por um ponto do DMLU e cobrou que o DMLU limpasse o outro lado da rua. Como é que o DMLU vai limpar o outro lado da rua se não tem concurso público e se essas empresas falcatruas estão aí, e os governos nem fiscalizam, como o BA Ambiental? Cinco anos, as pessoas sem receberem férias, cinco anos! Imagina como fica, como a gestão municipal do governo Marchezan ficou quatro anos sem ver que a BA Ambiental não pagava os direitos trabalhistas como deveria pagar? Isso tudo, gente, está no Plano Plurianual, que é a intenção do programa de desenvolvimento da cidade, é o plano geral! E ele depois se desdobra, claro, a cada ano, a cada política. Mas o que eu venho fazer aqui hoje, e assim encerro a minha fala, é incentivar que os colegas coloquem a mão na consciência. Não adianta ficar votando leis que não têm fiscalização e cobrança aos governos. Podem, sim, participar dos governos, como tem vários vereadores participando, mas não precisam baixar a cabeça para tudo. Tem que fiscalizar, fazer o que povo manda que a gente faça aqui dentro; foi para isso que viemos. E eu farei. Este vereador fiscalizará a

implementação desse Plano Plurianual, e vou cobra, porque se tem uma coisa que aqui na Câmara eu tenho feito é combater a demagogia. Se prometeu, tem que cumprir; isso é questão de honra para as políticas, para os políticos. Muito obrigado, uma boa-tarde de sessão para todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores e vereadoras; Alexandre; Ver. Janta; público que nos assiste pela TVCâmara; Presidente Márcio Bins Ely; a pauta que faz eu vir à tribuna é fundamental porque está ligada ao planejamento da cidade de Porto Alegre, e o planejamento é essencial para que nós possamos ter, de fato, alguma melhoria nas condições de vida do nosso povo. Sem planejamento não se tem condições de fazer um governo que realmente responda aos interesses populares. Eu quero fazer um corte nessa discussão e discutir de modo mais concreto o planejamento sobre transporte público. Hoje, nós tivemos a presença do prefeito Sebastião Melo na reunião dos líderes, o prefeito Sebastião Melo apresentou algumas das suas propostas que entram hoje para o debate da Câmara Municipal, que são propostas que buscam, na sua lógica, um determinado direcionamento para o planejamento do transporte urbano de Porto Alegre. Eu creio que infelizmente o governo está optando por um caminho equivocado. Por que o governo está optando por um caminho equivocado? Basicamente, por duas razões. A primeira é que o governo está apostando que um plano de transporte possa ser executado exclusivamente pela iniciativa privada, pelos empresários privados que, durante décadas, fazem a gestão do transporte público em Porto Alegre – essa opção é a opção equivocada. O segundo equívoco, e eu vou ainda voltar ao primeiro, é que o governo está optando por produzir milhares de desempregados: os cobradores, que o plano do governo novamente, na mesma linha do prefeito Marchezan, é a demissão e também os trabalhadores da empresa Carris. Então, nós estamos falando, se o plano do prefeito Melo é executado, de demissões de quatro mil trabalhadores e trabalhadoras do transporte público. Este é o resultado: quatro mil famílias desempregadas! A lógica do governo de entregar o sistema para as empresas privadas é nefasta, basta ver a experiência que Porto Alegre tem com as empresas privadas que, durante décadas, controlaram o transporte, controlaram boa parte da política, influenciaram os políticos, determinaram preços abusivos nas passagens, tiveram lucros exorbitantes. Foi só a partir de 2013, a partir de uma combinação do trabalho parlamentar do PSOL, naquela oportunidade, com o atual líder da oposição Pedro Ruas, que era já vereador naquela oportunidade, e, sobretudo, com uma grande mobilização social que se passou, de modo efetivo, a questionar o preço das passagens e se obteve, na justiça e nas ruas, a redução do preço da passagem. A partir daí, de 2013, a questão do preço da passagem passou a ser uma pauta; do contrário, os empresários continuariam aumentando o preço das passagens cada vez

mais, como agora pediram para o governo, e o governo, mais uma vez, reajustou. Não foram os R\$ 5,20, que os empresários pediram, mas foram os R\$ 4,80. E sempre é assim, isso não é novidade. Os empresários pedem um valor, e o governo concede, dando um pouco menos. Esses empresários não podem ter o controle absoluto do sistema de transporte. Aí vem a importância da Carris, de uma empresa que tenha condições de regular. Nós devemos fazer esse debate. É muito importante discutir a necessidade de uma empresa pública que não permita que o poder público fique refém das empresas privadas. Agora mesmo, a Trevo e a Restinga deixaram de atender, o governo foi obrigado a recorrer a quem? À Carris e a outras empresas para poderem prestar o serviço que esses empresários acabaram sabotando, desrespeitando a legislação, desrespeitando as normas e não atendendo a população, deixando de atender a população para pressionar o governo por mais concessões. Se nós não tivermos, no futuro, uma empresa como a Carris, essa capacidade dos empresários de chantagearem o governo vai aumentar enormemente, razão pela qual é muito nefasto esse plano de privatização da empresa Carris. E o governo, ao tentar privatizá-la, está apostando no conflito social. O conflito social será inevitável, porque não há possibilidade de quatro mil famílias, numa crise dessas proporções, perderem seus postos de trabalho e não reagirem com luta, com manifestações, com passeatas, com greves, e essa é a perspectiva do próximo semestre na cidade de Porto Alegre. Esse é o verdadeiro plano que o Sebastião Melo está produzindo com essa política de privatização da Carris. Nós estamos, portanto, muito preocupados. Há uma discussão, e nós aceitamos fazer essa discussão.

No dia de hoje, o prefeito Melo disse, na sua fala final da reunião de líderes – o Ver. Matheus queria saber como tinha sido a reunião de líderes e a intervenção do governo –, que faria um desafio para qualquer vereador, vereadora – ele comentou já havia feito esse desafio para o presidente do sindicato, o Abbade –, entregando o controle da Carris para quem quisesse administrá-la sem receber recursos públicos, sem receber os subsídios, os quais ele tem dito que são R\$ 6 milhões destinados à Carris todos os meses, esse é um informe que o governo tem dado. E o governo fez esse desafio. Pois bem, eu acho, Pedro Ruas – que está escutando de modo remoto –, que nós devemos aceitar esse desafio. Devemos discutir, com os trabalhadores da Carris, que haja gestão da Carris feita pelos trabalhadores, organizada pelos trabalhadores, sem a interferência dos cargos de confiança do prefeito Sebastião Melo, porque ele disse, caso fosse aceito esse desafio, que poderiam nomear a direção da empresa. Eu acho que nós devemos aceitar esse desafio! Isso está gravado, espero que esteja gravado, Presidente Márcio, porque o prefeito fez esse desafio. Ele disse que entregaria a administração da Carris para quem se prontificasse. Então, eu aceito que a gente faça essa discussão, a bancada do PSOL topa fazer essa discussão com os trabalhadores, e estabelecer uma gestão democrática dentro da Carris. Agora, eu também vou fazer um desafio ao prefeito, neste caso, porque ele alega – essa é a alegação mais forte para privatizar a empresa – que os recursos que ele está colocando na Carris, se ele deixasse de colocar, ele resolveria ou melhoraria muito a solução do sistema – ele alega isso! Pois, o desafio que nós devolvemos ao governo é que, se os trabalhadores tiverem condições de uma

gestão democrática, uma gestão transparente que ajuste a empresa de acordo com as suas demandas, na relação receita e despesa, o governo não passe recursos para as empresas privadas, ou que, pelo menos, tenha paridade, tenha equiparação entre um recurso e outro. Portanto, está posto o debate público. Para que esse debate público possa seguir, não é possível que haja a privatização. A Carris precisa continuar pública e administrada pelos próprios trabalhadores. Nós, do PSOL, aceitamos o desafio proposto pelo prefeito Melo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara, 1,5 milhão de porto-alegrenses, 15 milhões de gaúchos; tema importante para ser tratado hoje aqui, Ver. Matheus, o tema do hino, o hino nacional e o hino rio-grandense. Por óbvio, nós, vereadores, que representamos o povo de Porto Alegre, Ver. Jonas Reis, aqui na Câmara Municipal, Ver. Cecchim, temos obrigação de trazer projetos que vão ao encontro, Ver.^a Nádia, de quem mora em Porto Alegre e daquilo que nós acreditamos, Ver.^a Cláudia, Ver. Janta, independentemente de ser esquerda ou direita, Ver. Moisés, Ver. Gilson Padeiro, Ver. Oliboni, mas aquilo que nós acreditamos e vivemos, Ver. Cassiá, Ver. Robaina. Eu, por exemplo, estudei na mesma escola que o Ver. Matheus, em anos diferentes, dois ou três anos de diferença, um ligeiro lapso temporal, e me criei cantando o hino nacional, o hino rio-grandense e o hino da escola. Por isso, nós apresentamos um importante projeto, para que seja possibilitado aos nossos jovens cantar o hino nacional e o hino rio-grandense nas nossas escolas, para que os nossos jovens tenham amor pelo Rio Grande do Sul, amor pelo Brasil. Vejam bem, não estou discutindo se sou contra ou a favor da mudança no hino rio-grandense, acho que todo debate é importante, mas, obrigatoriamente, os nossos jovens têm que cantar o hino rio-grandense e o hino nacional nas escolas. Vejo o exemplo da Europa, dos Estados Unidos, o amor que os jovens têm pelas suas respectivas pátrias. São tantos projetos que nós colocamos aqui, projetos importantes, projetos ideológicos, projetos políticos, projetos técnicos, e esse projeto do hino é uma coisa tão bonita que vai melhorar em muito a autoestima dos nossos jovens, sejam de que classe social forem. Os nossos jovens têm que entender que eles são igualmente importantes dentro da sociedade gaúcha, brasileira e porto-alegrense. Peço a vocês que, assim que nós colocarmos em pauta a votação sobre os hinos nacional e rio-grandense nas escolas, quem tiver uma emenda ou uma ideia que se prontifique, que fale, que use a tribuna, mas vamos aprovar esse projeto, que é importante para os nossos jovens. Eu não estou criticando a ideologia A, B ou C, mas esse projeto é muito bom para Porto Alegre, muito bom para os nossos jovens e para as nossas crianças. Por isso eu peço a vocês que aprovelem esse projeto importante.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; o prefeito municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo, esteve numa reunião com os líderes dos partidos hoje pela manhã e anunciou para nós, vereadores e vereadoras, novos projetos sobre a mobilidade urbana na cidade, reafirmando a necessidade da extinção dos cobradores, da redução das gratuidades e, mais do que isso, afirmando, como nunca, a extinção da Carris lamentavelmente. Nós aprovamos nesta Casa, segunda-feira, uma comissão especial que vai dar os dados que o prefeito quer, que vai dar apoio, inclusive, institucional a essa falta de informação que o próprio governo não tem da EPTC, das concessionárias, do sistema como um todo. Dizer que a Carris aumenta o valor da passagem e que é preciso liquidá-la é algo, eu diria, até absurdo, desconhecendo que a Carris, Ver. Robaina, que tem falado muito bem sobre o caso, é a balizadora para regular, para baixar o valor. As concessionárias, na verdade, levaram, nos últimos três anos, R\$ 70 milhões, Robaina, enquanto a Carris levou, segundo o prefeito, R\$ 60 milhões nos últimos anos. Mentira! A própria auditoria feita na Carris recebeu vinte e poucos milhões, R\$ 41 milhões não foram recebidos, dito pelo próprio diretor da Carris. Agora vem dizer que a Carris é o problema do transporte público, mas é ela que está absorvendo as linhas que as concessionárias não querem, essa é a grande verdade. Ou as concessionárias vão assumir essas linhas lá nas comunidades mais pobres? Nós sabemos que essas linhas não dão lucro, mas é função da empresa pública não ter lucro, é uma questão social da nossa cidade. Isso nos deixa muito indignados enquanto oposição, embora minoria, mas não podemos perder o espaço do debate. É preciso dizer ao gestor público que só terceirizar, privatizar, abrir concessões não resolve o problema, transfere o problema, porque, na medida em que passa para a iniciativa privada, eles vão dizer que não querem mais a linha. E o prefeito não terá mais o transporte público naquela comunidade, que vai pagar muito caro depois, ou o próprio governo vai subsidiar muito mais para poder manter o transporte público. Nós não somos contra o subsídio ao transporte público, mas é preciso que as concessionárias percebam que o valor da passagem não pode ser tão majorado como está sendo feito no momento. Que o Comtu não seja, eu diria, um apêndice ou uma extensão das concessionárias, porque o Conselho Municipal de Transporte Urbano tem votado sempre a favor das concessionárias, com raras exceções, apenas dois ou três votos. A comissão especial que será constituída aqui vai oportunizar ouvirmos todo o segmento: os estudantes que estão sendo ameaçados de terem retirado o meio passe, as pessoas com deficiência, que podem ser ameaçadas, os cobradores, que podem ser demitidos, e a população, que está sendo onerada cada vez mais. O governo diz que esse sistema está falido e que é preciso encontrar saídas, mas nós não encontramos saídas da noite para o dia, é preciso ter coerência e espaço para fala, para ouvir os segmentos e buscar uma saída. Quem não sabe que, com a vinda dos aplicativos, a situação mudou na nossa cidade? Porque o cidadão percebe que é muito mais seguro andar de aplicativo

– vem me buscar na minha casa, me levar para a minha casa, ou buscar na casa do cidadão, levar com segurança, com ar-condicionado – do que utilizar o transporte público, que nem ar-condicionado tem! Não tem acessibilidade, não tem qualidade! Pelo contrário, foi aprovado, nesta Casa, o aumento de prazo para renovação da frota de 10 anos para 13, 14 anos. Imaginem os senhores um ônibus que se utiliza por 13 anos na cidade. Ele vai estar em condições boas para poder transitar? Não. É preciso repensar todo o sistema, não simplesmente agora colocar tudo nas costas da Carris, lamentavelmente. Não privatizem, não entreguem a Carris, porque só isso não vai resolver. É preciso repensar todo o sistema de mobilidade urbana encontrando alternativas, mas que o valor da passagem seja reduzido, para não onerar a população, essa que é a verdade. Em nome da bancada do PT, nós agradecemos, mas não apoiamos esse tipo de atitudes que são, eu diria, desleais com o povo de Porto Alegre, que elegeu, escolheu o atual prefeito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Retorno à tribuna para discutir novamente a questão do transporte, não falei ainda hoje, falei na segunda. Na segunda-feira, inclusive, após a minha intervenção, o Ver. Robaina fez as intervenções dele, algumas intervenções, inclusive, me ridicularizando. Eu queria só falar que eu me classifico no bloco dos vereadores independentes, não sou, necessariamente, a favor de tudo o que o prefeito apresenta, embora eu me posicione favorável àqueles projetos que venham no sentido de trazer maior liberdade para as pessoas, assim como me posicionei favorável também quando era vereador no município de Viamão. Se alguns vereadores questionam como outros vereadores votam, porque votam diferente de como eles votam, não significa que esses vereadores estejam comprados, pode ser que eles tenham convicções políticas diferentes. Eu queria chegar a esse ponto para falar sobre um dos pontos que o Ver. Robaina me ridicularizou na segunda-feira. Foi quando eu mencionei que deveríamos trazer liberdade para o sistema de transporte da cidade de Porto Alegre, permitindo, por exemplo, que o motorista e o cobrador pudessem comprar o próprio ônibus para colocar na linha e prestar o serviço. Eu não consigo entender como uma pessoa pensa que um trabalhador motorista ou cobrador é bom o suficiente para dirigir quando esse ônibus pertence a uma empresa, no caso, ou à Carris ou às empresas privadas, mas ele não tem capacidade de dirigir o próprio ônibus, colocando ele no eixo para prestar o mesmo serviço que ele presta como funcionário. Eu quero acreditar que as pessoas são capazes e, às vezes, parece que alguns vereadores querem manter as pessoas na sua posição de empregado, para poder dizer que defende esse empregado e os seus direitos trabalhistas, quando todos nós sabemos que, se ele conseguisse tirar um empréstimo, colocar esse veículo no trecho e ele mesmo recolher o lucro do próprio trabalho, isso seria muito benéfico para ele e,

com certeza, seria mais benéfico para a cidade, porque aumentaria a oferta de transporte para os usuários. Esse é o primeiro ponto que eu queria trazer.

Eu queria aproveitar também para dizer que me escapou uma pequena observação que foi tratada também pelo Ver. Robaina, que é sobre o trabalho que foi realizado pelo Ver. Pedro Ruas, lá em 2013, quando conseguiu, efetivamente, a redução do preço da passagem naquela ocasião. Eu queria parabenizar publicamente o Ver. Pedro Ruas pela ação que questionou os impostos e o preço da passagem e que acabou culminando, naquele momento, na redução pontual do preço da passagem. Acredito que todas as etapas que compõem o preço da passagem devem ser abordadas, com vista a reduzir o custo da mobilidade na cidade de Porto Alegre. Eu quero parabenizar o Ver. Pedro Ruas, quando, naquela ocasião, entrou com uma ação judicial e conseguiu impedir o aumento, que culminou na discussão sobre a redução dos impostos na mobilidade na cidade de Porto Alegre. Entretanto, eu gostaria de fazer uma pequena ressalva aqui: na minha opinião, os empresários do transporte público na cidade de Porto Alegre não são capitalistas. Eles falam aqui que os empresários da cidade de Porto Alegre, o próprio governo Melo é a favor dos empresários, dos grandes capitalistas e por isso que é contra os pequenos empreendedores, que é contra os trabalhadores; na minha opinião, os empresários do transporte público na cidade de Porto Alegre não são capitalistas, na verdade eles são estatistas, que usam o Estado para proteger o seu monopólio. O que acontece? Tem uma licitação, que veio a partir daquela insatisfação social com relação ao aumento das passagens, que eu já falei que não foi uma insatisfação somente pelo preço do ônibus, mas também pelo preço do ônibus, e que teve a precipitação, o início das mobilizações surgiu por conta do ônibus, mas acabaram também muitos outros temas sendo tratados naquelas mobilizações que acabaram gerando uma licitação, que gerou de fato então agora uma reserva de mercado, por via da lei, para esses empresários que nós estamos condenando. E o que está sendo falado aqui por alguns vereadores é: manter na mão daqueles que nós achamos que são ruins, porque não quer permitir que pequenos empreendedores possam colocar o seu veículo no trecho para oferecer mobilidade, alternativa aos nossos ônibus licitados. Eu não consigo entender a lógica de condenar aqueles que estão, mas querer manter na mão daquele que hoje se encontra oferecendo o serviço que nós dizemos que não é bom. Por isso eu acho que é importante essa discussão trazida pelo prefeito, no sentido de questionar, discutir, pôr a luz sobre o que está acontecendo na cidade. Na minha opinião, como já foi externado aqui em outras ocasiões, devemos permitir que cada empreendedor coloque lá a sua *van*, o seu tuk-tuk, a sua Kombi, a sua *van* escolar para ajudar na mobilidade, de modo a descentralizar essa concentração que é feita nos ônibus licitados. Eu queria só concluir minha linha do raciocínio: por que eu acho que esses empresários não são capitalistas? Porque, na verdade, eles pedem que toda a Prefeitura, todo poder estatal trabalhe para garantir o seu lucro de empresa monopolista. Então, na minha opinião, eles não são capitalistas, são monopolistas que usam o poder do Estado para reservar mercado para as suas linhas de ônibus, e nesse momento isso está se traduzindo em um sistema que não tem mais capacidade de competir, com capacidade de fornecer mobilidade para as pessoas. São essas pequenas observações.

Nós, aqui, quando dizemos que as empresas de ônibus não prestam um bom trabalho, estamos dizendo que o modelo que nós desenvolvemos não se sustenta, mesmo com reserva de mercado.

Última observação, eu queria entender por que o Ver. Robaina mudou de opinião. Na segunda-feira, eu fui ridicularizado por ele na sua fala, que estava em sessão remota, dizendo que os trabalhadores, motorista e cobrador, não teriam capacidade de gerir e comprar um ônibus e manter esses ônibus em operação; e hoje ele propõe a coletivização – e eu ouvi aqui porque estava ouvindo de maneira remota – da empresa de ônibus Carris. Se for trazer mais liberdade para o transporte, eu sou a favor de qualquer modelo, e se tiver que contar com o meu voto para coletivizar a Carris, eu voto a favor, desde que libere para que *vans*, tuk-tuk e qualquer outro modal de transporte que tenha a pessoas interessadas em operar na cidade, venham operar na cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero cumprimentar aqui as presenças dos ex-vereadores João Bosco Vaz e Prof. Alex Fraga, abrilhantando os trabalhos da sessão desta tarde.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, vereadoras, vereadores, eu vou deixar que o Ver. Robaina, nosso líder do PSOL, responda ao Ver. Jessé. Eu quero fazer um comentário com relação à vinda do prefeito hoje aqui na Casa, Presidente Márcio Bins Ely. Quando – contra o nosso voto – foi aprovada a reforma da Previdência do Município, para os municipais, servidores do Município, o prefeito Melo disse que os recursos economizados eram tão grandes e tão importantes para Porto Alegre, que ele, inclusive, gostaria de investi-los na cidade com a ajuda dos vereadores e das vereadoras. E o prefeito Melo é aquele que diz também que política sem palavra não é política. Hoje eu falei isso na reunião de líderes com o prefeito, e falei mais, repito aqui para os demais que não estavam: até agora, em seis meses de governo, nós não temos um único projeto, em seis meses, encaminhado à Câmara, pelo Executivo, de combate à pandemia. Nenhum projeto. E poderia ter um de distribuição, de um auxílio emergencial, nós aprovaríamos por unanimidade, cestas básicas, álcool gel, produtos de higiene, melhoria de saneamento básico. Pois bem, eu juntei as duas coisas, a promessa do prefeito, de que a Câmara seria ouvida na gestão desses recursos que sobrariam, na própria visão do prefeito, e disse para ele que, na minha ótica, o pior que poderia ocorrer seria vereadores indicando situações político eleitorais para si próprios com aqueles recursos. A oitiva da Câmara teria que se dar num interesse grande, macro da cidade, como, por exemplo, o combate à pandemia e aos efeitos da pandemia. E sugeri que o prefeito examinasse, por exemplo, a possibilidade das cestas básicas. O prefeito informou que são 10 mil distribuídas, acho que mensalmente; esse é um número

ridiculamente pequeno, extremamente pequeno. Nós poderíamos trabalhar, meu líder Roberto Robaina, com a possibilidade do auxílio emergencial municipal, como tem o estadual. Nós poderíamos trabalhar com um programa de cestas básicas de verdade, efetivo. Nós temos uma carência de, no mínimo, 60 mil em Porto Alegre, mensais – no mínimo. Nós poderíamos trabalhar com a distribuição de álcool gel e produtos de higiene, melhoria do saneamento básico, que é urgente. Como combater a pandemia com o esgoto pluvial e cloacal a céu aberto? É um absurdo, é inacreditável que alguém pretenda que isso possa funcionar. Nunca é demais lembrar que Porto Alegre e Lajeado puxam a triste estatística de que no Rio Grande do Sul nós temos 4,5 mortos para cada 100 infectados e a média nacional é de 2,8. Nós somos bem piores do que o resto do Brasil. E foi colocado para o prefeito Melo isso hoje, na reunião de líderes. Eu espero que haja uma resposta positiva, e isso inclui, Ver. Jonas, a própria melhoria das condições funcionais e salariais dos municipais, que há anos e anos não têm qualquer tipo de reajuste, qualquer tipo de melhoria salarial remuneratória, porque agora há os recursos, existem os recursos, e o prefeito Melo disse que eles existem, e fez toda essa pressão para dizer que isso seria o excedente, que mudaria a vida da cidade. Pois bem, não houve apoio nosso ao seu projeto, combatemos o seu projeto, ele passou, mas agora queremos o cumprimento da promessa, e fiz hoje essa cobrança ao prefeito, na frente de todas as lideranças e me pareceu que o prefeito vai examinar o tema. Eu tive essa sensação, até porque ele tem a obrigação de fazê-la, mas também pelo bom caráter de Sua Excelência em relação à política e a relação com a Câmara Municipal.

Por isso, Presidente Márcio Bins Ely, concluo aqui dizendo que esse tema de devolver à cidade em melhorias substanciais, particularmente, na minha opinião, no combate à pandemia e aos seus efeitos danosos – as pessoas estão passando fome na periferia, as pessoas têm dor na barriga de fome, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, fome –, se o prefeito combater isso, ele vai ter o apoio desta Casa, ele vai ter o apoio da oposição. Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Casa, público que nos assiste através da TVCâmara, através das nossas redes sociais, nos escutam através da Rádio Câmara. A melhor coisa do mundo num Parlamento é ser oposição. Eu falo por experiência própria. A melhor coisa do mundo é ser oposição, a oposição fala, vira as costas e vai embora. Acabou. O Ver. Robaina falou muito para o Ver. Pedro Ruas: vamos pegar a Carris. Quem, cara pálida? O pessoal, o seu núcleo ou os funcionários? Quem vai pegar a Carris? Está à disposição. O que o prefeito falou para os empresários, falou hoje para os vereadores, já falou para o presidente do sindicato, o Abbade; está à disposição. Ninguém que tem – vou dizer de novo – um supermercado, uma lancheria, um

restaurante, vai manter no seu cardápio, na sua gôndola, algo que não vende; ninguém vai manter. Esse sistema de transporte é uma choradeira desgraçada. Desculpa o termo meio chulo que vou usar aqui: isso é um gigolô do povo de Porto Alegre, querem “gigolear” a população de Porto Alegre, há décadas e mais décadas. Quando se faz um enfrentamento dessa situação, aí surgem ideias mirabolantes, que na prática não são efetivadas.

Aí se dá a desculpa, o Ver. Pedro Ruas já falou isto várias vezes: "Eu queria ver um projeto da Covid". O projeto da Covid é vacinar o povo. É esse o projeto da Covid. O Ver. Pedro Ruas não sabe, por exemplo, que a FASC, que distribuía, em 2019, 900 cestas básicas por mês, está distribuindo 10 mil cestas básicas por mês, somente a FASC, fora as parcerias da FASC, os institutos, as igrejas, instituições que trabalham com a FASC, fora o Mesa Brasil, fora o banco de alimentos, fora as ações que a sociedade civil faz, e sem contar a quantidade de cesta básica que o Ver. Kaká dá, todos os meses, com o salário da Câmara. Então, as pessoas estão recebendo cestas básicas. A Prefeitura saiu de 400 para 650 alugueis sociais. A Prefeitura irá distribuir 5 mil *vouchers* para as pessoas comprarem nas redes do seu bairro onde moram, somente para alimento. O que mais nós podemos fazer para combater a Covid, além de antecipar uma questão que não está na nossa mão, uma questão que está na mão do governo federal, que são as vacinas? Além de antecipar uma decisão que está na mão do governo federal, que é o auxílio emergencial, que mais nós podemos fazer? Os senhores e as senhoras que estão me escutando saibam o que eu já repito há muito tempo nesta tribuna: de cada R\$100,00 gastos hoje em Porto Alegre, somente R\$16,00 ficam aqui. Para a União é barbada! Um exemplo que eu dou seguidamente: a maior barbada do mundo, para a União, é construir UPAs, porque vem, constrói o prédio, entrega a chave para o prefeito, vira as costas e vai embora. E quem coloca as pessoas para trabalhar, coloca os insumos, é quem fica com os R\$16,00, que é governo. Eu não vejo nenhum vereador fazer coro ao que eu tenho dito, que esta Casa aqui decide IPTU, decide os PELOs, vota o orçamento, então por que a passagem do ônibus não vem para esta Casa, para ela referendar? Por que não vem para cá? Eu estou com dois projetos de alteração da Lei Orgânica trocando o Conselho Municipal de Transporte; há seis anos eu brigo com isso, porque aquilo é uma vergonha, é um absurdo o que ocorre lá dentro daquele conselho. É a raposa cuidando do galinheiro. É uma vergonha aquilo! Então nós temos que ser práticos e pragmáticos. Vamos ter agora uma comissão especial da Casa que vai ficar discutindo o sistema de transporte, como já tivemos na legislatura passada, nós já temos vários vereadores que discutem o tema, mas o desafio está lançado. Quem acha que é fácil administrar um sistema de transporte sem recurso público, quem acha que é fácil administrar a Carris sem recursos públicos, está à disposição a administração da Carris e as linhas de ônibus de Porto Alegre que a Carris faz, e também qualquer outra empresa que queira disponibilizar, já que o negócio é ruim, disponibilize para a população de Porto Alegre, como disse aqui o Sangalli, fazer esse transporte. Nós não precisamos ficar mais à mercê desse sanguessugas que são essas empresas de ônibus da população de Porto Alegre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, todos os que nos acompanham na tarde de hoje – por coincidência, temos aqui no plenário o sempre vereador João Bosco Vaz, então eu pedi que ele ficasse. Com auxílio da diretoria legislativa, vou compartilhar no telão uma imagem para falar sobre o Campo da Tuca e a PPP de iluminação pública. Então, uma homenagem inclusive à presença do sempre vereador Tessaro, nosso colega também presente, da liderança do atual governo. Vocês podem ver ali no telão a diferença da iluminação pública agora no Campo da Tuca; na legislatura passada, apresentamos isso aqui e a maioria dos vereadores entendeu a importância da PPP de iluminação de Porto Alegre, agora com vocês eu elogio essa PPP. O Ver. Mauro Pinheiro também é apreciador e atleta do futebol de várzea, esteve na PPP de iluminação, no leilão. Lamento que alguns vereadores, na época do leilão público, deram a entender que ia ter maracutaia, que já sabiam quem ia ganhar – um absurdo, um leilão da Bovespa. O Ver. Rafão também foi, e também o secretário, na época, Ramiro Rosário, da nossa bancada. Então, quero parabenizar a gestão do governo Marchezan, que foi precursora da PPP da iluminação do Brasil neste formato, está aqui o Ver. Idenir Cecchim, que manteve a sua coerência na defesa da modernidade. Tivemos missões internacionais para ver como a PPP da iluminação funcionava no exterior e agora temos em Porto Alegre. Agora, então, quero parabenizar o governo Marchezan, o secretário de parcerias estratégicas e o governo Melo, que deu sequência a esse trabalho. Comemorar que a IPSul, da PPP de iluminação, esteve lá resgatando a iluminação do Campo da Tuca, um importantíssimo espaço de prática esportiva e lazer da comunidade. E aí não posso deixar de elogiar, além dos dois governos que estão dando sequência a esse trabalho, o secretário Ramiro, que era secretário de serviços urbanos, o atual secretário Marcos, as suas equipes, mas também a equipe do esporte, Ver. João Bosco Vaz, todas as equipes que passaram na direção do esporte e também aqueles que cuidam dos campos – temos lá o professor Marzo, o Luiz Fernando, que agora está aqui na Câmara –, por esse cuidado desde a legislatura passada, de dizer "na PPP de iluminação, quando der, temos que iluminar os campos", e tem vários outros que estão na escuridão. Mas vamos elogiar o que está sendo feito, e repito aqui, Ver. Idenir Cecchim, com muita coerência, e já aproveito dando o recado para alguns que torcem sempre pelo quanto pior melhor, somos a bancada do PSDB, mas vamos manter a coerência: o que for bom na cidade, nós vamos sempre reconhecer e elogiar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa tarde, Presidente Márcio; quero cumprimentar todos e todas, público que nos assiste. Hoje, certamente, o tema central da nossa discussão no plenário é o transporte público, essa é uma questão que faz parte do cotidiano da população de Porto Alegre. Desde o início da sua gestão, o prefeito Melo tem colocado a necessidade de a gente debater alternativas, mas, na verdade, ele não está apresentando nada de novo, nenhuma questão que a última gestão desastrosa do prefeito Marchezan já não tenha colocado em debate aqui para o público de Porto Alegre e para a Câmara de Vereadores. Eu queria começar por um projeto em específico que é uma questão simples e mostra como a Prefeitura quer pensar uma política de transporte público antipovo, que é a legislação pelo fim do passe livre na cidade de Porto Alegre. Desde 1995, Porto Alegre tem, como direito adquirido, o passe livre; na verdade, já faz alguns anos que já não é mais uma vez por mês que existe essa prática, mas para as comunidades da nossa cidade, para a periferia, o passe livre é muito importante. Inclusive faço uma menção aqui na tribuna ao Da Guedes e ao Nitro Di, que eternizaram o passe livre na cultura popular de Porto Alegre com uma música que é muito cantada até hoje nas nossas comunidades, que retrata a importância do dia de passe livre como um direito adquirido, como uma oportunidade de as nossas comunidades circularem pela cidade, e agora a Prefeitura quer restringir isso a duas oportunidades ao ano, o feriado de Iemanjá, de Navegantes e a eventuais campanhas de vacinação, acabando com o passe livre inclusive no dia da eleição. Eu acho um absurdo. O transporte público é garantido na Constituição Brasileira, no art. 6º, como um direito fundamental. Eu sei que tem boa parte dos vereadores aqui desta Casa que renegam vários aspectos da Constituição cidadã e lutam com os seus aliados no Legislativo federal e estadual para destruir os direitos sociais estão ali presentes, mas o transporte público está nessa Constituição como direito, porque trata do direito de ir e vir das pessoas na nossa cidade – essa é a grande questão. As isenções não são favores do governo, elas são direitos adquiridos; a isenção, por exemplo, dos estudantes, ela garante o acesso à escola, ao lazer, ao estágio, ela tem impacto direto no orçamento familiar. E o que a Prefeitura quer fazer agora? Quer tirar o direito de isenção de mais da metade dos domicílios de Porto Alegre! Para quem não sabe, transporte público hoje, de acordo com a pesquisa de orçamento familiar do IBGE, consome 23% do orçamento de uma família que ganha um salário mínimo; no geral, na nossa cidade, quase 30% dos gastos da família são com transporte. Vamos somar isso à cesta básica mais cara do Brasil, ao aumento da conta de luz, ao aumento no gás... Vai acabar com os orçamentos das famílias, essa é a grande questão! Para os idosos, gente... Hoje eu tive oportunidade de receber no gabinete o seu Júlio, e creio que outros vereadores também o receberam, ele me entregou uma carta pedindo que os vereadores desta Casa não mexam nas isenções dos idosos, e vejam o que ele escreveu: “A vida dos aposentados, principalmente aqueles que ganham apenas um salário mínimo, tende a ser ainda mais traumatizante” – traumatizante foi expressão que utilizou. Porque, de fato, estão mexendo no direito de milhares de pessoas da nossa cidade.

Com relação à Carris, tema que está na nossa pauta hoje também, o Melo está falando em crise no transporte, mas tem uma coisa que eu não vi o Melo falar em

nenhum lugar que ele foi debater o tema do transporte até agora, que aquela licitação de 2015 que jogou o sistema na crise foi pensada por ele – parece que isso não é um fato, parece que a realidade não foi dessa forma. O Melo era vice-prefeito de Porto Alegre e acompanhou todos os debates dessa licitação, entregou na mão de um consórcio de empresários que lucrou por décadas sem regulamentação na cidade Porto Alegre a possibilidade de eles continuarem explorando o sistema de transporte. E aí as irregularidades são várias. Só em dívidas desses empresários com os cofres públicos municipais, neste momento, de acordo com o dossiê da Frente em Defesa da Carris, são mais de R\$ 60 milhões que esses empresários não colocam nos cofres públicos. O transporte Porto Alegre, da forma como é organizado, é o único serviço que tem um pagamento em massa adiantado. Quando o estudante vai lá e bota um crédito no Tri, quando o trabalhador tem o seu vale-transporte recarregado, isso é um crédito que é dado já aos empresários com antecedência. E o que é feito com esse dinheiro? Nada! Nós temos direito de saber, nós temos o direito de saber para aonde vão esses milhões de reais! O mínimo que a Prefeitura deveria exigir, antes de botar aqui qualquer debate sobre a privatização da Carris, era a abertura das contas das empresas. A abertura das contas das empresas é o mínimo. Uma auditoria externa seria o mais correto ainda, porque já falaram aqui de 2013, quando baixou as passagens, quando tivemos um movimento nacional, mas vocês lembram como começou 2013? Eu lembro muito bem, porque eu participei daquele movimento. Começou com o Tribunal de Contas do Estado questionando a condução das contas das empresas de transporte público, numa contenda que até hoje não foi resolvida, até hoje! E aí o Melo apresenta um projeto para esta Casa com duas páginas de justificativa, nem isso na verdade, e dessa forma quer acabar com os 149 anos de história da Carris. Agora, para mexer nas contas dos empresários, nada, é um leão para atacar a Carris e é um gatinho para mexer nos empresários da ATP. Essa é a verdade, é isso que estamos observando. E passou milhões, no início do ano, para o bolso dos empresários novamente; para eles tudo, para tratar transporte como direito, nada. Essa é a política que a gente está vendo a Prefeitura do Sebastião Melo fazer, dando continuidade ao que foi a gestão Marchezan e ao que ele fez também como vice-prefeito, que parece que ele esqueceu. Só vê a crise no transporte, mas não sabe que a mão dele, a assinatura dele está lá naquela licitação que não teve os seus artigos cumpridos até hoje, há uma série de irregularidades por parte dos consórcios privados com a licitação firmada com a Prefeitura de Porto Alegre, e aí falam da Carris. Bom, a Carris renovou a sua frota, todos sabem disso, 98 ônibus, Ver. Aldacir Oliboni, essa é a dinâmica. Eu trabalhei na rua nos últimos três anos, era servidor do IBGE, tinha dia que eu pegava até dez ônibus por dia, e a Carris disparado é o melhor serviço de transporte público que nós temos na cidade de Porto Alegre. Isso é um acúmulo, um *know-how* dessa empresa construído com a população de Porto Alegre através de vários outros serviços. Vejam, por exemplo, o projeto Territórios Negros que oportunizou a centenas de milhares de pessoas da Região Metropolitana ter conhecimento da história da nossa cidade através de uma parceria com a Carris, a Secretaria Municipal de Educação e a Procempa. Todos os setores da Administração Municipal relegados a segundo plano pelo Melo, essa é a grande questão. Então, de fato, existem outras alternativas para a

gente pensar o transporte público, mas há de se ter coragem para mexer nas contas dos empresários para colocar para a população de Porto Alegre o que acontece por debaixo dos panos da ATP, sem fazer isso qualquer questão que vamos discutir aqui não vai dar em nada, podem ter certeza. O grande problema está na farra desses empresários e no lucro indevido que eles tiraram com o dinheiro da população trabalhadora de Porto Alegre ao longo das últimas décadas. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Pauta Especial de hoje trata principalmente das emendas dos membros desta Casa, emendas impositivas, em que cada um dos vereadores destina 50% de R\$ 1,26 milhão para a área da saúde onde achar que é necessário, e os outros 50%, em torno de R\$ 600 mil, pode destinar para a assistência social, para moradia, para educação, para onde quiser, para instituições cadastradas com o governo. A nossa bancada Solidariedade está, pelo terceiro ano consecutivo, dando a rubrica de todas as nossas emendas impositivas para a Saúde, para a criação do Centro de Referência do Autismo. A disponibilidade de um local para a criação desse Centro está bastante avançado na Prefeitura de Porto Alegre. A Prefeitura montou um grupo de trabalho com as quatro pastas para a possibilidade de criar esse Centro. Então, nós estamos dedicando este ano mais R\$ 1,26 milhão para criação do Centro de Referência do Autista na cidade de Porto Alegre.

Outro tema que está na Pauta Especial é a questão do sistema de transporte que está no Plano Plurianual pedindo dinheiro para custeio, deverá ter uma ou outra emenda também para esse custeio. O vereador do PSOL leu uma carta de um senhor que ganha um salário mínimo, mas ninguém vai mexer em quem ganha um salário mínimo. Hoje, no encontro com o prefeito, que está indo para Brasília para conversar com o Presidente para tirar os impostos federais do sistema de transporte do Brasil inteiro, nós sugerimos até para discutir a questão de as isenções serem isenção social, não isenção porque a pessoa tem o direito de todos iguais, tem que ser isenção social. Isso deveria ser até no preço dos alimentos a questão do preço social, não pode um quilo de arroz, um litro de azeite custar para o Seu Ivo, para a Dona Maria, para a Dona Antônia, para o Seu José o mesmo preço que custa para o dono do Pão de Açúcar, o mesmo preço que custa para um dono de banco. Não pode isso! Seria uma questão social a distribuição disso, assim como nós defendemos que a questão das isenções tem que ser social, tem que ser baseada na renda familiar. Então nós sugerimos que o prefeito leve essas questões, não pode um carteiro ter isenção nas passagens já que os Correios nos cobram tudo que é entregue, que é transportado neste País. Não pode o Oficial de Justiça ter isenção na passagem, só leva notícia ruim, não traz notícia boa quando bate na casa das pessoas, e aí não paga passagem, se tem uma lei aprovada nesta

Casa que dá o direito de estacionamento exclusivo para o Oficial de Justiça quando ele vai levar as intimações, tendo cartão no seu carro. Então essas questões nós temos que discutir.

Agora, já dizia um famoso membro da nossa história que uma mentira contada mil vezes vira verdade. Dizer que a Prefeitura entregou o sistema de transporte para os modais que estão aí, para as empresas que estão aí, para a ATP que são os mesmos que administram os transportes em Porto Alegre desde o tempo que a Sudeste era Santa Catarina, São José do Murialdo. Nós tínhamos diversas empresas de bairros do sistema de transporte, são as mesmas famílias que administram o sistema de transporte em Porto Alegre. Tanto é que, se puxarmos na memória, vamos ver que foram dois ou três editais que tiveram, nos dois primeiros não teve ninguém participando do edital, edital nacional para o sistema de transporte de Porto Alegre. Então dizer que foi entregue, não, foi feito uma licitação e foi entregue para quem ganhou a licitação, quem apresentou os critérios da licitação. Naquela época, esta Casa participou e participou bastante disso, até com ações judiciais que exigiram essa licitação. Agora, vir aqui na tribuna, baseado numa mentira contada mil vezes vira verdade, dizer que o atual governo coloca em segundo plano os servidores administrativos da cidade de Porto Alegre, seria colocar em segundo plano servidores da área da saúde, da educação, assistência social, segurança, todos os servidores em segundo plano, não condiz com a realidade que se vê em Porto Alegre. Não condiz com a realidade que se vê na atuação que tem tido o secretário de Administração na cidade de Porto Alegre, atuação que tem tido o prefeito e o vice-prefeito de tentar melhorar as condições de vida da população de Porto Alegre. Não é só melhorando a orla, como o Ver. Moisés Barboza ainda há pouco trouxe aqui, mas melhorando as estruturas lá nos bairros, nas vilas, nos campos de futebol, levando asfalto onde não tinha, abrindo rua onde não tinha, fazendo entregas tanto na zona central quanto em várias regiões da cidade de Porto Alegre.

Eu estou radiante, porque sexta-feira a minha esposa vai tomar vacina. É um avanço que a cidade de Porto Alegre vem tendo na questão de imunizar as pessoas, isso é um bem para todos. Como já falamos aqui, as dez mil cestas básicas que somente a FASC distribui na cidade de Porto Alegre. Então, não é uma terra arrasada como as pessoas querem dizer, não é tão arrasada assim a situação da nossa cidade de Porto Alegre. Agora, tirar dinheiro de tudo isso que nós estamos falando aqui, tirar dinheiro da assistência social, tirar dinheiro da educação, tirar dinheiro da saúde, tirar dinheiro de várias áreas para colocar no bolso da ATP não tem como. Nós temos vários setores e segmentos em Porto Alegre que estão com dificuldade. Se nós pegarmos os clubes, estão com dificuldades; se pegarmos as escolas infantis, estão com dificuldades; se pegarmos os transportadores escolar, estão com dificuldades; se pegarmos os donos de bares e restaurantes, estão com dificuldades; se pegarmos o comércio do Centro de Porto Alegre, está com dificuldade. São vários setores e segmentos que estão com dificuldade, como os taxistas, os motoristas de aplicativo, o preço que foi a gasolina no dia de ontem; o preço que foi o gás de cozinha no dia de ontem; o preço que foi o óleo diesel que transporta todos os alimentos no dia de ontem, e aí não se vê falar, a culpa de

tudo é do prefeito Melo. É tudo culpa do prefeito Melo, não é culpa de uma política econômica que vem sendo feita há décadas, cobrando impostos sobre salário, cobrando impostos sobre cesta básica, cobrando impostos sobre a produção, taxando o juro. O *spread* bancário é uma vergonha neste País, e ninguém mete a mão nessa questão do *spread* bancário. E lembrando novamente, já que uma mentira dita mil vezes, vira verdade; uma verdade repetida constantemente mostra a realidade, de cada R\$ 100 arrecadados em Porto Alegre, somente R\$ 16,00 ficam aqui nesta cidade - só R\$ 16,00 - , para prestar toda essa assistência. A vacina chega, mas quem armazena, quem distribui, quem aplica é a Prefeitura de Porto Alegre. A UPA vem construída, mas quem dá sustentabilidade para essa UPA funcionar é a Prefeitura de Porto Alegre. As escolas chegam, mas quem bota a estrutura para essa escola funcionar, indo atrás para resolver o déficit de seis mil vagas que temos na educação infantil, é a Prefeitura de Porto Alegre. E o detentor dos recursos não cumpre a sua parte. Um prefeito, para conseguir algum recurso, tem que ir de pires em Brasília, tem que depender de emendas impositivas da bancada federal, mas é o prefeito que dá esclarecimento para a população na hora do preço da passagem. Todas bancadas aqui têm agentes no Congresso Nacional, eu acho que é a hora de nos comunicarmos com as nossas bancadas para elas dizerem ao Executivo nacional que o sistema de transporte no Brasil está falido, falido! E é só pegar as notas taquigráficas desta Casa de três anos atrás que vão ver que a gente já fazia esse alerta, com a entrada dos aplicativos, que iria aumentar mais um modal, como têm vários outros, o Grilo, os patinetes, a bicicleta. Então, o sistema de transporte em Porto Alegre tem que ser discutido num todo, não onerando a população de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, servidores da Casa - muitos estão assistindo a nossa sessão no plenário. Esse tempo de 10 minutos é importante porque podemos discutir o planejamento da cidade, o que nós pensamos para a cidade nos próximos quatro anos. Eu procuro sempre prestar atenção nas falas dos vereadores, bem como no que acontece na cidade. Tem um jornalista que busco, sempre que posso, de manhã, quando possível, ler sua matéria porque ele escreve sobre a cidade de Porto Alegre. E o admiro muito - acho que a gente tem que elogiar quando gosta de uma pessoa, mas nem sempre concordo com meu amigo Paulo Germano, mas sempre procuro ler porque ele é um jornalista que procura falar de Porto Alegre, das coisas que estão acontecendo na nossa cidade. E hoje de manhã vi a matéria - na verdade, li ontem à noite, quando ele falava de Porto Alegre a respeito dos recursos do Município de Porto Alegre, do prefeito Melo e do prefeito Marchezan, falando que o prefeito Melo pretende, durante seu governo, investir 1 bilhão de dólares - isso dá R\$ 5

bilhões, é bastante recurso, quando a gente sabe que o nosso orçamento, o orçamento do Município, do tesouro, a arrecadação do Município não chega a 8 bilhões de dólares ao ano e que, pagando todas as despesas do Município, sobra muito pouco para o prefeito fazer investimentos. Normalmente, os investimentos da Prefeitura de Porto Alegre acabam acontecendo através de financiamentos, recursos que o prefeito busca em órgãos internacionais ou nacionais para poder fazer os investimentos necessários na cidade. E a Prefeitura de Porto Alegre, até bem pouco tempo atrás, tem uma classificação em que consta se é boa pagadora ou não, é mais ou menos isso, que vai de A,B,C ou D. Porto Alegre, até bem pouco tempo atrás, na legislatura passada, iniciou como C, não era considerada uma boa pagadora, pelas condições em que estavam as finanças do Município de Porto Alegre. E a gestão passada - aí vem o governo do prefeito Marchezan, muito contestado por muitos - preocupou-se com as finanças desde o primeiro momento; teve como líder do governo o Ver. Claudio Janta, depois o Ver. Moisés, tendo eu como vice-líder, na sequência eu fui líder do governo nos últimos dois anos, com o Ver. Moisés como vice-líder. Líder e vice-líder, na verdade, pouco importa, éramos vereadores que lutavam para aprovar os projetos do governo, projetos nem todos populares, muitas vezes, amargos, contestados, com galerias lotadas. Hoje, manifestantes naquela época, Ver. Moisés, que estavam aqui na tribuna, pulando, invadindo, subiram em cima de mesas, são vereadores, inclusive, pedindo investimentos na cidade – eram contrários às medidas que eram tomadas. E não é mérito meu ou do Ver. Moisés, mérito da Câmara Municipal de Porto Alegre, com o Ver. Cecchim hoje como líder. E projetos muitas vezes com gosto amargo – os vereadores se juntavam e diziam que iriam aprovar porque a cidade de Porto Alegre, a nossa Porto Alegre precisa. E várias vezes, nos juntamos, defendemos, lutamos, vários vereadores – Ver. Cecchim que hoje é o líder do governo, Ver.^a Nádia, vice-líder, Ver. Ricardo, hoje vice-prefeito - nós seguramos aqui e votamos vários projetos indigestos para os vereadores. E fomos seguindo, fazendo o que era bom, não para o prefeito ou para nós, vereadores, mas para a cidade de Porto Alegre. E hoje Porto Alegre está numa outra situação; em 2019 já estava numa situação melhor - em 2019 e 2020 - e seguimos aprovando esses projetos. Hoje Porto Alegre está numa outra situação, com vários projetos, como o Ver. Moisés falou, da iluminação pública. A gente teve a oportunidade de estar em São Paulo, participar do leilão, uma empresa vencedora hoje – estão sendo trocadas as lâmpadas de Porto Alegre por lâmpadas de LED, numa parceria público-privada, Ver. Ramiro, na época secretário; então várias ações foram sendo construídas, aprovadas. Porto Alegre buscou vários financiamentos, aprovados por estes vereadores, na legislatura passada; então, um conjunto de vereadores que trabalharam pensando na cidade. Hoje, neste governo, prefeito Melo e vereadores que fizeram o debate e aprovaram, tiveram seu mérito. E o grande mérito do prefeito Melo é que agora ele assume o governo e mantém o mesmo trajeto e o mesmo caminho, pensando na cidade de Porto Alegre - pegou uma Prefeitura com mais condições de avançar, e continua seguindo aquilo que era bom, a questão da orla, a questão da iluminação pública, o asfalto nas avenidas com recurso que foram aprovados - não só recuperar, tapar buracos, mas recuperar todo o asfalto, arrancar o asfalto e fazer uma camada considerável para que tenha uma durabilidade

maior, investimentos também no arroio Areia, no qual hoje estão sendo feitas obras que já foram iniciadas, e o prefeito Melo está dando continuidade. Então, é um governo de continuidade - aquilo que era bom se mantém! Claro que o prefeito Melo, com sua habilidade, com sua forma de tratar os vereadores e a Câmara tem avançado, e nós estamos avançando para o bem de Porto Alegre com um projeto de continuidade. A cidade de Porto Alegre escolheu um novo líder para comandar a cidade, mas escolheu um mesmo caminho, uma mesma trajetória, escolheu que se desse continuidade, tanto é que escolheu um prefeito que pensa parecido com o anterior nessa linha de investimentos, de buscar recursos, inclusive das parcerias público-privadas, bem como contratações necessárias, não necessariamente estatais, como é o caso do debate que está se fazendo aqui sobre a Carris, que o prefeito Melo manda um projeto para esta Casa, através também de um projeto sobre o qual já existia uma consultoria para ver o que se faria com a Carris. O prefeito Melo pegou esses documentos, fez mais consultas, mandando um projeto de lei para que esta Câmara de Vereadores aprecie e decida o futuro da empresa pública de transporte. Qual é a real necessidade da cidade? Nós precisamos de uma empresa pública de transporte ou nós precisamos de transporte público de qualidade, gerido por uma empresa privada ou tem que ser necessariamente gerido por uma empresa pública? Qual a diferença? Qual o custo? E aí os estudos comprovam que hoje, infelizmente, a empresa Carris tem um custo maior - o custo do quilômetro é 20% mais caro, o custo, o número de funcionários que a Carris detém para fazer o mesmo trabalho que uma empresa privada é maior em número de funcionários, ela tem a lentidão do Estado, ela tem a dificuldade de agilidade; então, esta é a discussão que nós temos que fazer. A função do prefeito é liderar o processo, pensar Porto Alegre, mandar os projetos para esta Casa. E cabe a nós, os parlamentares, meu amigo, Ver. Tessaro, discutirmos e escolhermos o caminho para a cidade porque quem vota e quem decide, na verdade, no final, é a Câmara de Vereadores, é o legislativo. Então, é importante que se faça o debate da cidade que nós queremos. Nós queremos que o transporte seja público e estatal, controlado pelo Estado, pesado, mais caro, ou nós queremos um transporte público de qualidade, eficiente, mais barato? Eu quero o transporte público, de qualidade, eficiente, que atenda a necessidade do trabalhador. Se essa prestação de serviço é por uma empresa privada ou uma empresa pública, vou decidir por aquele que me oferecer o melhor serviço, pelo menor preço e que atenda melhor a população, porque eu sou vereador para a cidade de Porto Alegre e espero que a grande maioria dos vereadores pense na cidade e não na corporação. Nós não estamos aqui para defender uma corporação ou para defender os amigos, nós estamos aqui para defender a cidade. E todos aqueles projetos que vierem do Executivo, que sejam nesta linha de pensar o que é melhor para a cidade, terão meu apoio sempre. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0574/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/21, que altera o art. 1º e o *caput* do art. 2º; inclui os incs. I e II no art. 1º e revoga o parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar nº 362, de 28 de dezembro de 1995, que cria o Passe Livre no Sistema de Transporte Coletivo de Porto Alegre. (SEI 118.00167/2021-87)

PROC. Nº 0612/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 013/21, que altera o *caput* do art. 1º, o inc. V e o parágrafo único do art. 2º; inclui os incs. VI e VII no art. 2º da Lei Complementar nº 341, de 17 de janeiro de 1995. (Atividades em regime de plantão nos órgãos municipais que especifica) (SEI 118.00188/2021-01)

PROC. Nº 0047/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 008/21, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que obriga as escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Ensino a realizar a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Rio-Grandense e revoga a Lei nº 6.949, de 4 de dezembro de 1991. (SEI 222.00014/2021-14)

PROC. Nº 0360/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 137/21, de autoria do Ver. Claudio Janta, que altera a ementa, o *caput* e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 1º da Lei nº 7.768, de 18 de janeiro de 1996, e alterações posteriores, incluindo os veículos conduzidos por pessoas obesas ou que as transportem na reserva de, no mínimo, 2% (dois por cento) do total de vagas de estacionamento em locais de uso público ou privado. (SEI 024.00040/2020-90)

PROC. Nº 0383/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 149/21, de autoria das Ver^{as} Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Mônica Leal, Comandante Nádia e Bruna Rodrigues e dos Vers. Alexandre Bobadra, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Claudio Janta e Hamilton Sossmeier, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos municipais homologados, a contar da data de publicação do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, até o encerramento da vigência do decreto que estabelece estado de calamidade pública no Município de Porto Alegre em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19). (SEI 161.00030/2021-89)

PROC. Nº 0404/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 158/21, de autoria da Ver^a Reginete Bispo, que dispõe sobre adaptações nos veículos do serviço de transporte público coletivo por ônibus no Município de Porto Alegre e a adequação do

atendimento aos passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida e dá outras providências. (SEI 230.00014/2021-06)

PROC. Nº 0601/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 013/21, que autoriza o Poder Executivo do Município de Porto Alegre a promover medida de desestatização da Sociedade de Economia Mista Companhia Carris Porto-Alegrense (CARRIS). (SEI 118.00184/2021-14)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0573/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/21, que altera o *caput*, os incs. II e III e o § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 612, de 19 de fevereiro de 2009, que cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e institui seu Conselho Gestor, alterando a sua composição. (SEI 118.00166/2021-32)

PROC. Nº 0368/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 018/21, de autoria da Mesa Diretora, que altera o *caput* do art. 4º, o art. 5º, o *caput* do art. 10 e o *caput* do art. 12, inclui inc. IV e § 4º no art. 4º, inc. V no art. 9º e parágrafo único no art. 12, e revoga os incs. I e II e o parágrafo único do art. 10, todos na Resolução nº 1.559, de 22 de agosto de 2001, e alterações posteriores, criando 28 postos de estágio extracurricular para estudantes do ensino superior no âmbito da Câmara Municipal de Porto Alegre, com vigência até 31 de dezembro de 2022, e dando outras providências. **Com Emenda nº 01, da Mesa Diretora.** (SEI 011.00012/2021-66)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nas segundas-feiras e quartas-feiras, no dia em que tem Pauta e Pauta Especial, nós ouvimos vereadores inteligentes, com pautas inteligentes, mas, às vezes, a gente ouve aqui algumas coisas que temos que ter cuidado, por exemplo, a aceitação do Ver. Roberto Robaina da proposta do prefeito de que, se tiver alguém sério que queira assumir a Carris sem recursos públicos, dá para entregar, e dá mesmo! Só que eu queria dar um exemplo de como a esquerda é perigosa. O Hugo Chávez assumiu a Venezuela com o preço do petróleo a quase 100 dólares. O que a esquerda do Hugo Chávez fez lá, Cassiá? Quebrou uma empresa de petróleo, quebrou a Venezuela, e é assim que eles fazem. Quando a esquerda assumiu o Brasil, quebraram a Petrobrás, parecia impossível, mas quebraram! Quebraram os Correios, parece mentira, mas quebraram! Quebraram o sistema elétrico! E aí que eu vejo o perigo de entregar uma empresa, como a Carris, que é deficitária, se entregar para alguém da esquerda, sem recursos públicos... Porque a esquerda adora usar recursos públicos, Mauro Pinheiro; se tiver recursos públicos, aí a esquerda adora. Mas eu quero ver administrar

com competência e sem o dinheiro público, só dinheiro do suor e da competência – aí eles não fazem, aí é um perigo! Então, é muito melhor os vereadores desta Câmara de Vereadores, que têm responsabilidade com a cidade e com os cidadãos de Porto Alegre, votarem o projeto que o prefeito encaminhou para a Câmara sobre a Carris e acharem uma solução pela competência, pela responsabilidade de uma empresa pública que só tem em Porto Alegre. Empresa pública de transporte coletivo só tem em Porto Alegre, nós somos a única capital que tem a empresa pública, e que está sangrando os cofres do Município. A Carris está sangrando os cofres do Município há muitos anos. Imaginem, nos últimos anos, gastar 500 milhões! Nós temos que votar esse projeto para parar com essa sangria.

Vereador Cassiá Carpes (PP): V.Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) O assunto sobre a Carris, Ver. Cecchim... Sempre se falou em Porto Alegre que a Carris seria a balizadora do preço da passagem dos ônibus de Porto Alegre, eu nunca vi ser praticado dessa forma, desde que eu sou vereador, e olha que faz tempo, de que a Carris seria balizadora. Balizadora é aquela que vê os insumos do pneu, do óleo, enfim, vê o que dá uma passagem. No momento em que ela não é balizadora, não tem por que estar concorrendo no mercado; porque se ela fosse balizadora, nós não chegaríamos a este momento. É claro que se tem que fazer toda uma discussão, aqui ninguém vai atropelar, perder dinheiro numa empresa histórica, mas é outra realidade. Hoje nós temos aplicativo, temos táxis, temos tudo. E chegaram nesta Casa, hoje, vários projetos terminando com as isenções, porque, quando se deu isenção era porque se podia dar; hoje não pode mais se dar isenção de uma passagem cara, que o prefeito já teve que aguentar os R\$ 5,20 daquele conselho, que, no meu entender, tem que exterminar para que o prefeito possa resgatar uma lógica tranquila de preço de passagem. E colocou de R\$ 4,55 para R\$ 4,80, e não para os R\$ 5,20 que o conselho estabeleceu. Então, parece-me que há, sim, um ambiente muito bom nesta Casa, que nós possamos enfrentar essa questão da passagem, porque será muito bom para o pobre, que é o que mais necessita. Obrigado.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. Realmente, nós temos que lhe escutar, os tempos são outros e a cidade não pode esperar para novos tempos, o tempo é agora. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Está em Pauta, hoje, a questão da Carris. E aí eu fico pensando: olha, o prefeito Melo está de brincadeira com o povo de Porto Alegre. Ele está brincando! Primeiro, essa discussão da passagem, botam lá a R\$ 5,20 porque eles queriam R\$ 4,80, e aí dizem: “Ah, não, subiu só de R\$ 4,55 para R\$

4,80”. E agora nós vamos entregar a Carris! Se não fosse a Carris, não teria ônibus rodando na Zona Sul! Não teria! Foi a empresa pública que salvou todas as trabalhadoras, os moradores, moradoras da Zona Sul! Porque os empresários não respeitaram a licitação! Disseram que não tinha *diesel*! Ah, bota coisa engraçada nisso aí! E aí essa licitação que eles não respeitaram foi feita pelo Melo e pelo Fortunati, que, na época, disseram assim: “Temos que fazer uma licitação nova para baixar o custo da passagem”. E aí aumentou 15,38%, naquele mesmo ano, antes de assinar o contrato! Foi R\$ 0,50 de aumento, foi o maior aumento em quantidade no lombo da trabalhadora, do trabalhador de Porto Alegre! Agora, ele vem de novo. Somando tudo, a ATP deve R\$ 300 milhões de prestação de contas. O Observatório das Metrôpoles falou, veio aqui na Câmara falou, falou lá na CUTTAB, disse: “Pô, prefeito, vamos cobrar os extratos dessas empresas, elas têm que dizer o que fizeram!” Elas não entregaram os extratos para o Tribunal de Contas! O prefeito tem que cobrar isso, não adianta somente nós, aqui, cobrarmos a todo momento! Parece que é uma cortina de fumaça. E eu li no jornal que o prefeito diz que está tomada a posição: vender a Carris, se não tiver comprador, vai vender linha por linha. Aí vai vender linha por linha e as linhas ruins vão ficar com a Carris? Além desse dinheiro que ele diz que bota, vai ter que botar muito mais, Ver. Oliboni – muito mais! Na verdade, na verdade, o que o prefeito tinha que fazer era autuar essas empresas que deixaram os ônibus parados na garagem, alegando que não tinham *diesel*. Então, se não pode cumprir o contrato, cai fora, dá para outros! Não tem empresa estrangeira que queira assumir? Aposto que tem! Eles sempre choram e sempre levam, em Porto Alegre, o aumento da passagem, e é acima da inflação. E os rodoviários, as rodoviárias estão há dois anos sem aumento, sem reajuste salarial. Então, aquela justificativa anterior que era assim: “Ah, porque é o custo do cobrador, o custo do motorista, por isso que tem que acabar com o cargo de cobrador”. O Melo está dizendo, em todo o lugar, que tem que acabar com o cargo do cobrador para reduzir o custo da passagem – *fake news*, enganação! E é claro tem palco na mídia, tem palco na RBS, ali não sei onde. Aí fala, fala, mas o povo sabe, o povo pega o transporte e sabe que está uma porcaria, e, se tirar o cobrador, vai ficar muito pior, porque vai criar mais desemprego. Essa conversa, Sebastião, de que tu vais treinar as pessoas para trabalharem em outra coisa, é a mesma conversa que o senhor fez aqui, nesta tribuna, quando era vereador, que tirou os carroceiros da rua, não treinou ninguém, estão desempregados até hoje. O senhor promete uma coisa e entrega outra. Está prometendo agora acabar com o cobrador, vai entregar desemprego. Então, prefeito Melo, nós queremos aqui, na Câmara de Vereadores, que o povo tenha direito a transporte público de qualidade. Chega de lucrar com transporte público; não pode ser objeto de lucro! Chega! Estamos há 40 anos com isso! Quando vai, realmente, haver, em Porto Alegre, seriedade no transporte? É uma caixa oculta a ATP, R\$ 14 milhões que eles prestaram contas com o gasto das empresas. Eles recolhem passagem antecipada, é antecipado que entra, já começa a correr juros nas contas deles, em CDB, em poupança, sei lá em que eles investem, em ações, na bolsa de valores. Eles têm milhões na conta da ATP e ninguém para fazer eles prestarem contas! Cadê o Tribunal de Contas? O Ministério Público de Contas, por favor, essas empresas estão aqui há muito tempo como urubu,

sanguessuga no pescoço da população, tem que vir alguém com coragem para enfrentar esse tema, e esse tema não se enfrenta aumentando a passagem de R\$4,55 para R\$ 4,80 e querendo vender a Carris – essa não é a solução! Se vender a Carris vai ficar pior, Melo, eu estou avisando! Daqui a quatro anos, o senhor vai chorar as pitangas, se vender a Carris; porque vai piorar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores, este é um debate importante: transporte público de Porto Alegre. Qual transporte que nós queremos? Nós queremos que o Município de Porto Alegre gere emprego, através de empresa pública, que tenha um governo estatizado, totalitário, que define tudo na cidade? Ou nós queremos um governo que busque os empreendedores, os empresários, que dê condições para que eles gerem empregos, através de suas empresas, que tenham os seus lucros, mas também gerem empregos de qualidade, que atendam a população com eficiência, com um trabalho sério, correto? Ou nós queremos que o governo tenha empresa pública e assuma todo o transporte público de Porto Alegre através da empresa estatal Carris? O que nós sabemos é que hoje o transporte público de Porto Alegre, 22% dele é atendido pela empresa de transporte público Carris, e 78% é atendido por empresas privadas. Sabemos que o custo da empresa Carris, para atender esses 22%, é mais caro do que os outros 78% e que a empresa Carris joga o preço da passagem para cima. Bom, se ela atende 22% e ela eleva o preço da passagem, se ela atender 100%, nós teremos uma passagem, um percentual ainda maior em cima do preço da passagem. Se hoje é R\$ 4,80, se nós aumentarmos mais 70%, 80% o preço da passagem, nossa passagem vai ser quanto R\$ 7,00, R\$ 8,00, R\$ 10,00? Hoje quem paga a passagem de ônibus da cidade de Porto Alegre é o usuário, é o trabalhador. Eu quero defender o trabalhador e o usuário, eu quero que o ônibus, o transporte público seja melhor e mais barato. Agora, se eu quiser defender as corporações, como o vereador que me antecedeu, o que ele quer? Que 100% do transporte seja através de uma empresa pública, que a Carris domine as outras empresas, que ela seja responsável. Mas olha só, vamos pensar juntos, se o quilômetro da empresa Carris é 20% mais caro, ela é 20% mais cara e ela atende 22% da população; se ela atender 100%, nós temos, 80%, 78% que vai ser mais caro. Isso vai elevar o preço da passagem? Eu acho que é simples, a passagem será mais cara. Como podemos resolver isso? Nós resolvemos de que forma? Como nós vamos resolver, baixar o preço da passagem e atender a população? Eu acho que é essa a equação que nós, vereadores, temos que discutir aqui. Eu não tenho problema nenhum se a empresa for pública e a passagem for mais barata e a qualidade de serviço for melhor do que é, mas hoje a prática me diz que a empresa pública custa mais caro e, por que custa mais caro do que a empresa privada? Hoje escutei o prefeito Melo falando, numa reunião de líderes, dizendo que chegou a ter, dos

dois mil funcionários da Carris, quatrocentos e cinquenta e nove, se não me engano é esse o número, estavam de licença. Então, tínhamos quase quinhentas pessoas - de duas mil - que estavam em casa, uns há mais de um ano, dois anos, e sabem quem é que paga esse valor, quem paga a passagem do ônibus? É o trabalhador, aquele trabalhador autônomo que vem para o Centro, que vem vender laranja na esquina, que não tem demérito nenhum; a senhora que vem fazer uma faxina no Centro, ela paga a passagem 100% integral, e quanto mais cara mais custa no bolso dela; o trabalhador que trabalha na empresa desconta 6% do seu salário para pagar a passagem. Nós vamos aqui ficar discutindo a forma de baixar o preço ou a forma de manter uma corporação porque esta é filiada ao meu sindicato, porque ela contribui com o meu sindicato, faz campanha política para alguns? Eu quero que a passagem seja mais barata e que o atendimento seja mais eficaz, de mais qualidade. Então, eu votarei, discutirei, sempre pensando no usuário e não nas corporações. O meu mandato é para defender a cidade, a nossa cidade de Porto Alegre, e não para defender corporações. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Anunciamos a presença do ex-vereador Cassio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Coordenação Política. Obrigado pela presença.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra par discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; nós temos em pauta um projeto que o Executivo Municipal chama de desestatização da Carris. Primeiro, quero me referir ao que disse o líder Roberto Robaina, uma manifestação muito adequada no dia de hoje, já que o prefeito fez um desafio. Ele fez um desafio, nós temos que responder ou nós não aceitamos o desafio do prefeito, de S. Exa., ou nós aceitamos. O líder da bancada do PSOL falou, com o nosso apoio, que aceitamos o desafio. E tem razão o Robaina, o PSOL aceita o desafio de vender a Carris, sem recursos públicos, além do que já está previsto estatutariamente. Porque o problema, quando as pessoas questionam, como foi feito agora há pouco e tem sido feito sempre pela base do governo, da receita da Carris, porque o prefeito fez uma contradição. Por um lado, ele está se queixando, na minha opinião, com razão, dos empresários de ônibus, de transporte coletivo, que querem apenas o lucro e não se importam com a cidade, são capazes de fazer um *lockout* como já fizeram no passado e parar linhas e parar ônibus, e parar trabalhadores, enfim, chantagear o Município; por outro, o prefeito se queixa da Carris. A chantagem dos empresários de ônibus tem que ser punida, tendo por base o contrato licitado, tendo por base a própria justiça, mas a Carris não tem nada a ver com isso, pelo contrário, a Carris é a única esperança que o povo tem de que o transporte vai continuar sempre. Ou vocês não perceberam que, com relação aos episódios da Trevo, há pouco dias, quem garantiu o transporte coletivo naquelas vias foi a Carris? Quem sempre garante tudo é a Carris. Na verdade, quem é contra a eficiência da Carris por certo, mas isso é certeza absoluta,

é quem não anda de ônibus, não tem como. Porque quem depende do ônibus precisa saber que a Carris existe, que vai ter a sua linha, que vai ter o seu ônibus, que vai conseguir chegar ou voltar de algum lugar, é a Carris que dá essa garantia. Se a Carris tem problema de gestão, gasta mais do que deveria, o prefeito pode conversar, pode apresentar projetos nesse sentido, pode debater. Ele jamais abriu esse diálogo, essa possibilidade de conversa, jamais! Jamais conversou a respeito, jamais disse que o problema é aqui, aqui e ali, e nós podemos apresentar essa e aquela proposta. Não. O prefeito conseguiu argumentos para privatizar, aliás, quando dizem assim ele está coerente com o discurso de campanha, pode ser, ele dizia isso na campanha, é verdade. Mas, na campanha, era um absurdo ele dizer isso porque ele não tinha debatido com nenhum vereador, como não debateu até agora. Ele diz que gosta do diálogo, mas não sei com quem porque ele não debateu com a Câmara esse tema, com a base governista ele não debate, só manda o que é para ela fazer, mas não debateu com a Câmara e nem com a base governista, com certeza, porque anunciou antes da base governista existir. E digo isso com o maior respeito aos vereadores da base governista, não há nenhum problema apoiarem o governo porque são a base do governo, isso não é demérito nenhum. Estou dizendo que não existia a base de sustentação quando o prefeito anunciou isso na sua campanha. Então, já era uma ideia dele ou dos grupos que o cercavam essa privatização, não é fruto de um diálogo maduro, produtivo com o Legislativo e não é fruto de uma necessidade da Cidade, pelo contrário, o usuário do transporte coletivo precisa saber que a Carris existe, precisa saber que, quando os empresários de ônibus fizerem *lockout*, quando fizerem uma chantagem, quando boicotarem o Município, alguém vai conseguir botar um ônibus na rua e levá-lo ou buscá-lo de algum lugar, e esse alguém é a Carris, é ela sim. Pode precisar de mudanças? Com certeza; mas, e aí? Façam-se as mudanças necessárias, escutem, vão buscar ideias. Se livrar da Carris como quem se livra de um fardo e jogá-la para a iniciativa privada, é deixar que mais uma empresa nas mãos privadas possa chantagear o Município, o que é absolutamente inaceitável. Isso é um absurdo! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a. Karen Santos está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde, todos e todas; me inscrevi para contribuir nesta discussão que, para nós, tem sido um dos principais focos do mandato, ajudar a população a desmascarar hoje o que está por trás da crise do transporte coletivo. Admiram-me vereadores que nunca se envolveram na pauta no sentido de criticar a redução das linhas, criticar a exploração da categoria dos rodoviários, criticar todas as benesses que os empresários de transporte da cidade sempre receberam, isso sempre foi aprovado nesta Câmara de Vereadores, isenção de ISSQN, aumento do tempo de utilização das frotas, enfim, foram diversos os projetos que foram mandados para cá justamente com essa chantagem: se não aprovar, a

passagem vai aumentar; e a passagem sempre aumentou. O único ano em que a gente conseguiu segurar o aumento da passagem foi no ano de 2020, justamente porque as denúncias eram imensas e já se estava chegando a essa conclusão do colapso do sistema, e a gente conseguiu, no Comtu, constranger os conselheiros no sentido de não fazer uma votação que pudesse comprometer aquele conselho que, como muito bem colocaram os vereadores que debateram antes de mim, só serve para legitimar o aumento da passagem, pois não fiscaliza, não exige qualidade, não exige aquilo que está previsto nos contratos e é conivente com as fraudes, é conivente com as ilegalidades previstas dentro desse processo. Então, é importante a gente conseguir resgatar essa memória porque não é um problema da pandemia, não é um problema só do aumento da concorrência e da competição com a vinda dos aplicativos para o Brasil, é uma discussão de competição. Transporte não tem que dar lucro e, se der prejuízo, a gente tem que subsidiar, sim, porque é direito das pessoas da cidade, é o direito que as pessoas têm para conseguir estudar, ter espaço de lazer, inclusive trabalhar. Então, essa coisa que tem que dar lucro, hoje é isso, nós estamos pagando a sede da ATP, nós estamos pagando as multas de trânsito dos agentes da ATP, nós estamos pagando contas de empresas que não prestam serviço nem em Porto Alegre, e isso está na auditoria. E esses vereadores que sobem na tribuna de uma forma hipócrita para dizer que estão se preocupando com a população mais pobre não se manifestaram ainda com relação ao que está colocado na auditoria, o que é um escândalo, do nosso ponto de vista. Está lá a diferença de R\$ 40 milhões que não foi repassada para a Carris. Hoje nós recebemos a resposta do pedido de informações de que não existe estudo de impacto financeiro que legitime a privatização da empresa. E nós estamos discutindo, aqui, na base de argumentos vazios, mentindo para a população. Porque aquilo que nós temos, de fato, os vereadores do governo não sustentam e não tem estudo de impacto financeiro. Então é uma vergonha. Primeiro, colocam o projeto para discutir e para votar e depois a gente pensa as consequências orçamentárias sobre isso? Não podemos novamente trocar os pés pelas mãos. Quem está pagando por todas essas rateadas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre é a população, e nós não podemos ser omissos de votar projetos que, de novo, vão impactar a população, não vão resolver a crise do transporte. A crise é muito mais profunda, e nós precisamos parar de mentir para as pessoas. Tem uma auditoria, precisa ter a gestão pública das planilhas, da bilhetagem eletrônica, precisamos que metas de qualidade sejam cumpridas, e essas sejam as contrapartidas para qualquer repactuação do transporte. Precisamos, sim, de uma auditoria das empresas privadas, e, a partir daí, pensar qual o pacote que nós temos que aprovar dentro desta Câmara. Da forma como isso está sendo proposto novamente para nós nos lembra muito o governo Marchezan; e não dá, porque não vai resolver. Não é nem uma questão de público *versus* privado, de concepção, não vai resolver a questão do transporte da cidade. Então vamos ser honestos com a população e vamos dizer que isso é um projeto para postergar a crise, para ganhar um fôlego, mas no ano que vem a gente vai estar enfrentando os mesmos problemas. Era com isso que eu queria contribuir.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, subo a esta tribuna para falar sobre um projeto que estará em pauta hoje na Reunião Conjunta das Comissões, referente ao PLL nº 149/21, que suspende os prazos de validade dos concursos públicos municipais homologados a contar da data da publicação do Decreto nº 20.534, de 31 de março de 2020, até o encerramento da vigência do decreto que estabelece o estado de calamidade pública. A Lei Complementar Federal nº 173 de 27 de maio de 2020, no art. 10, do inc. I, citava a suspensão dos prazos dos concursos públicos. Esse projeto de lei visa dar garantia dos aprovados nos concursos públicos sobre suas vagas sem prejuízo dos prazos estabelecidos, elencando as necessidades. Com isso, temos uma consequência, o fato de que os órgãos e instituições não chamarão, neste período de pandemia, seus candidatos aprovados, e, caso não tenham ainda realizado as provas, suspenderão suas atividades. No intuito de garantir os aprovados, que eles não estejam prejudicados e também de diminuir a onerosidade da administração pública, o presente projeto propõe suspender o prazo desses concursos para que só voltem a ocorrer normalmente após o término do período de calamidade pública. O prazo de validade dos concursos públicos será de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período, para minimizar os prejuízos dos candidatos que conquistaram a aprovação em um concurso público. Com o intuito de garantir a validação do projeto de lei, visto que houve mudanças legislativas necessárias, reafirmo o comprometimento com os serviços públicos deste Município e peço pela aprovação. Assinam este projeto a Ver.^a Fernanda Barth, o Ver. Alexandre Bobadra, o Ver. Leonel Radde, a Ver.^a Mônica Leal, a Ver.^a Comandante Nádia, o Vereador e Presidente desta Casa Márcio Bins Ely, o Ver. Claudio Janta, a Ver.^a Bruna Rodrigues e o Ver. Hamilton Sossmeier. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sra. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, ontem, Ver. Cassiá, estive no Programa Cruzando as Conversas, comandado pelo brilhante âncora Thiago Suman, e lá pelo meio do debate, onde estava também o Deputado Eric Lins, foram questionados quais os motivos de tanto calor no debate que passamos aqui na reforma da previdência. Eu prontamente respondi que o motivo maior do calor da discussão da reforma da previdência foi a incoerência de ver os partidos da oposição desta Câmara que, onde governam, votaram a reforma da previdência. Inclusive, em nível federal, quem começou, Ver. Mauro

Pinheiro, a reforma da previdência foi o então Presidente Lula. Na Bahia, onde governa o PT, foi feita a reforma da previdência. O próprio PDT - do nosso querido colega Mauro Zacher, embora tenha justificado o voto - votou a favor da reforma da previdência no município que governa, em Fortaleza. Portanto, há uma incoerência dos partidos da oposição que, onde governam, votam a favor da reforma, mas aqui em Porto Alegre que são contra tudo e a favor de nada votam contra. Por isso tivemos essa discussão da reforma da previdência e vencemos, venceram os servidores públicos municipais e venceu a esmagadora população de Porto Alegre que terá, em retorno real, com a economia desses recursos, na volta do serviço público na nossa cidade. Tenho certeza de que esse dinheiro economizado será investido em saúde, educação, estrutura, drenagem, enfim, nos mais diversos serviços que a população precisa. Vem a questão do Refis municipal que enfrentaremos nesta Casa, vem também a questão da desestatização da Carris e os números não têm ideologia, os números são frios. Você, cidadão, cidadã, e aqueles que nos acompanham nas redes sociais, que é para quem esta Câmara de Porto Alegre trabalha e legisla, vocês acreditam mesmo que precisam de uma empresa pública? O cidadão e a cidadã estão interessados no ônibus que passa na hora, se o preço é justo, se o transporte é de qualidade. Para o cidadão e para a cidadã tanto faz se é público ou privado, mas vamos aos números, como eu disse anteriormente. É inadmissível que a Prefeitura de Porto Alegre tenha que aportar, todo mês, R\$ 6 milhões. Nós já temos um custo para a Prefeitura de R\$ 500 milhões nos últimos dez anos na Carris. Então é uma empresa deficitária, e nós temos o maior respeito e carinho por todos aqueles que trabalham lá. Esse diálogo nós temos que trazer para esta Casa, nós vamos cuidar dessa pauta e não tenho nenhuma dúvida de que esta Câmara de Vereadores votará novamente não a favor de uma corporação, votará, sim, pelo interesse da esmagadora maioria dos porto-alegrenses. Boa tarde, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente, quero começar fazendo um esclarecimento. Senhoras vereadores e senhores vereadores, eu já estou há bastante tempo aqui nesta Casa, já vi brancos, negros, mestiços assumirem, tudo gente de alta qualidade. Não faço distinção de sexo porque não há necessidade. Mas me perguntaram: "Ver. Cassiá, nesse tempo em que o senhor está na Câmara não houve uma negra? A Nega Diaba?" Eu respondi: "Sim, esteve." Inclusive o T Cultural Teresa Franco, que se localiza ali, foi uma resolução da Casa que eu sugeri no qual se colocasse o nome da Nega Diaba. Teresa Franco, mas chamavam ela de Nega Diaba e ela nunca brigou com ninguém, nunca apelou para ninguém, foi sempre educadíssima conosco. Foi minha colega de bancada. Então hoje eu vejo falar na primeira negra...

Mas esperem aí... Vamos esquecer a história de Teresa Franco? Inclusive depois o PT teve a Ver.^a Saraí, só não falam nela porque ela foi suplente, não efetiva, ficou na suplência, mas também era uma negra que passou por aqui, depois passaram outras. Então, para não ter essa discussão, vamos deixar bem claro. Ver.^a Bruna, a senhora já ouviu falar na Nega Diaba? Então a senhora não pode esquecer que ela foi uma negra aqui nesta Casa; brilhante como vereadora. Defendeu a sua raça, defendeu os pobres e esteve conosco. Está aqui ela, para ser bem lembrada. (Mostra foto.) Essa é a Nega Diaba que nunca brigou com ninguém aqui porque era negra; ao contrário, teve o respeito de todos. Como também a sua bancada teve também brilhantes negras aqui nesta Casa. Portanto, quero fazer esse esclarecimento para não correr boato de que nunca teve negra nesta Casa. Está bem? Aqui tem outra também, a Saraí, que era do PT. Então a gente tem que esclarecer os fatos. Ninguém tem nada contra ninguém, mas não podemos esquecer o brilhantismo dessas mulheres aqui na Casa. Obrigado. Aproveito para fazer esse esclarecimento, mas há a necessidade de esclarecer, até porque se fala, muitas vezes, em preconceito e a Casa nunca teve preconceito. Presidente, eu estou usando a liderança, tem um barulho aí. O que é isso?

(Aparte antirregimental da Ver.^a Karen Santos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A liderança não permite apartes, peço a compreensão dos vereadores.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Morderam a isca, morderam a isca. Lá em São Borja se diz assim: morderam a isca. Mas eu queria falar também que um amigo meu foi colocar gasolina, antes do aumento, em Esteio, porque em Esteio é mais barato, lá é R\$ 5,64. Ele abasteceu 51,4 litros, e pagou, no total, R\$ 290,58. Consequentemente, de ICMS, ele pagou R\$ 87,00. O ICMS é o nosso imposto do Estado, para quem não lembra, que já foi aumentado, prorrogado por esse governo estadual, que está aí cobrando muito do cidadão gaúcho.

O tributo federal de R\$ 39,00 e R\$ 87,00 de ICMS estadual, portanto, de R\$ 290,00 por 51,4 litros, ele pagou de imposto R\$ 126,00. É por isso que nós estamos aqui sempre discutindo o preço da passagem. Está subindo o combustível, está subindo o óleo, está subindo o gás - essa é a realidade. O Estado cobra, e olhem que ele cobra de um preço estimado lá na bomba, que é muito mais alto do que aquele que chega nos postos de gasolina. Isso corresponde a 43% do total do preço da gasolina. É impressionante! Então, a gente pede aos nossos deputados pensem, no futuro, de não cair mais nessa armadilha de aumentar ICMS no Estado, que chega a 30% do preço do combustível e, se não me engano, também da energia elétrica. Essa é a grande questão. Para concluir, dizer que é espantoso o ICMS de 30%, chegando a R\$ 126,00%, do valor de R\$290,00 por 51,4 litros de gasolina, ou seja, nesse valor de R\$ 290,00, R\$ 126,00 são de impostos estaduais e federal.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver^a Comandante Nádía está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente colegas vereadores, público que nos assiste, eu nem iria falar em liderança, colegas, mas a partir da fala do Ver, Cassiá Carpes que foi indagado pela Ver.^a Bruna, se estava cometendo vandalismo, vereador, de retirar um quadro lá da parede para mostrar aqui que tivemos outras vereadoras negras. Isso foi dito pela Ver.^a Bruna, que seria vandalismo. Mas eu vou ensinar: vandalismo é quebrar, é invadir, é ocupar aquilo que não é seu, é pular catraca, é queimar contêiner, isso é vandalismo. O que o Ver. Cassiá e os colegas fizeram foi retirar um quadro da galeria e trazer aqui para mostrar, porque não basta falar que estiveram, sim, aqui mulheres vereadoras negras. Tem que mostrar, porque a oposição só crê vendo. Eu estou te dizendo, querida. Aliás, vandalismo é o que fizeram há pouco na Manifestação do Bem da esquerda, uma manifestação maravilhosa, que quebraram, vandalizaram o que havia pela frente: agências bancárias quebradas, bandeiras de outros partidos queimadas, bandeira nacional queimada sem ser em solenidade do dia 19 de novembro, brigas - muito triste. Muitas coisas aconteceram, Ver.^a Fernanda, numa manifestação do bem, como dizia a oposição. Aliás, nessa Manifestação do Bem, só que não, teve inclusive ataque a policiais militares. Teve uma imagem – que eu não trouxe aqui, mas todos podem ver no YouTube – de um policial sendo atingido por um pedaço de concreto na cabeça. E isso é a tal da manifestação do bem, uma manifestação democrática que a oposição diz que faz. Aliás, tem até um relato de uma pessoa dizendo que a polícia estava acuada. Não, a polícia não foi para cima porque, senão, exatamente, o vitimismo continua acontecendo. Infelizmente a esquerda, a oposição, continua com sua fala maléfica de que quer o bem, de que faz o bem. Bem pelo contrário, estão muito acostumados com o vandalismo, e aqui, nesta Casa nós tivemos vários eventos de vandalismo, de pessoas invadindo o plenário, jogando inclusive moedas, papéis no Ver. Janta, que estava aqui na tribuna exercendo o seu papel de mandatário; e aí pode, é bonito. E vem a Ver.^a Bruna me falar que tirar um quadro da parede é vandalismo! Por favor, não é vereadora? Aliás, de vandalismo a senhora sabe bem, tanto é que a senhora me falou há pouco: “Nádía, não vem me ensinar de vandalismo, porque de vandalismo eu sei bem”. Eu sei que a senhora sabe.

Nas redes sociais, vejam o que uma mulher escreveu sobre essa manifestação, aliás, uma mulher que eu nem vou dizer o nome, mas que foi candidata a vice-Presidente do Brasil. Ela disse que são policiais ou militares infiltrados naquela bagunça que fizeram aquela baderna que todos vimos. Eu posso garantir que, em 28 anos de Polícia Militar, na nossa gloriosa Brigada Militar, eu nunca vi ou fiquei sabendo de um militar arremessando qualquer artefato na cabeça de algum manifestante. Aliás, vi muito manifestante fazendo isso, inclusive temos soldados, Ver. Mauro Pinheiro, que ficaram com sequelas para o resto da vida, naquele caso do tatu bola, em que manifestantes do bem, Mari Pimentel, nossa vereadora, atiraram pedra em cima de um soldado e esse soldado ficou, para o resto da vida, paraplégico.

Definitivamente a esquerda nunca foi para a rua pedir vacina, a esquerda nunca foi para a rua para pedir por democracia. A esquerda vai para a rua em nome do poder, em nome do poder a qualquer custo, e estão colocando essa estratégia de vandalismo nas ruas. Mas não vamos esquecer que isso não vai ficar impune. As pessoas que cometem vandalismo, sejam de partido A, B ou C, devem ser punidas, porque, no Brasil, ainda há ordem, e por conta da Polícia Militar, que faz muito bem o seu trabalho, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra.

Vereadora Reginete Bispo (PT): Eu, Presidente, quero me manifestar e dizer que é criminoso ver o que determinados vereadores e vereadoras fazem, de subirem a essa tribuna para dizer que racismo, neste País, é mimimi. Então, nós temos o profundo respeito pela Teresa Franco, pela Ver.^a Sônia Saraí, minha amiga, e nós sabemos os horrores que essas duas enfrentaram dentro desta Câmara de Vereadores. Talvez, não se colocassem com a força necessária porque eram sozinhas, exerceram o mandato sozinhas. Então, subir à tribuna para dizer que racismo é mimimi, para associar a luta antirracista com vandalismo? Nós estamos só observando que isso vem dessa base bolsonarista, historicamente racista e que não suporta ver negros exercendo o poder. Queremos, sim, o poder! Porque o poder é para ser compartilhado e nós somos parte ativa da população. Condenamos, sim, polícia que mata. E quem mata negro e pobre, neste País, infelizmente, é uma parte da polícia que nós, aqui no Rio Grande do Sul, conhecemos muito bem, a banda podre da polícia com quem determinados vereadores aqui desta Casa estão profundamente associados.

Quero manifestar aqui essa contrariedade, e peço a nossa Presidência que, quando houver manifestação racista desta tribuna, que seja, imediatamente, cortado o microfone.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Já que nada aqui é questão de ordem, vira tribuna, nós vamos perder o nosso espaço, já que a Ver.^a Reginete usou a tribuna e não fez nenhuma questão de ordem, eu acho um absurdo a Ver.^a Reginete dizer que a polícia...

Vereadora Reginete Bispo (PT): Pedi para o Presidente cortar o microfone...

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Eu estou falando, vereadora. A educação faz parte também do Legislativo. A senhora feche o seu microfone porque eu estou falando. Aliás a esquerda faz isso, que é gritar... Presidente, estou com uma questão de ordem...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Comandante Nádia, sua palavra está garantida.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Obrigada, Presidente, já que não teve nenhuma questão de ordem, me sinto também no direito de vir aqui querer saber da Ver.^a Reginete Bispo quais são os policiais que matam os jovens negros, porque nós vamos denunciar. Não pode a Polícia Militar matar jovens negros como ela está falando, que ela denuncie os nomes porque eu vou ser a primeira a estar lá dentro do Judiciário fazendo essa denúncia. Agora, a senhora não faça denúncias em vão, sem ter os nomes, a senhora respeite a Polícia Militar.

Vereadora Reginete Bispo (PT): Já registrei, vereadora. Não preciso do seu apoio.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

Vereador Alexandre Bobadra (PSL): Gostaria de saber se essa denúncia é da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal, da Polícia Penal ou da Guarda Municipal. Eu, como presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana desta Casa, não posso me furtar da minha obrigação constitucional de investigar esse quadro que a Ver.^a Reginete Bispo colocou. Vereadora, a senhora é membro da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana Direitos, e eu quero saber quem é que está cometendo essas irregularidades. Nós vamos mandar investigar e vamos mandar prender!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Presidente, é difícil ficar calado ouvindo tamanha asneira, tanto na tribuna quando aqui, no microfone de apartes, vamos nos respeitar! Dizer que o PT ou a esquerda não defende a democracia? Alguém precisa voltar para a aula, por favor. Na grande maioria, todos os partidos de esquerda e de centro defendem a democracia. Aqui não tem ninguém que incorporou o Bolsonaro, o Bolsonaro é que não defende a democracia, essa que é a verdade.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão registradas as manifestações. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde, caros vereadores; boa tarde a todos que nos assistem pela TVCâmara. É uma série de coisas que a gente acaba ouvindo aqui, algumas descem torto assim, mas, graças a Deus, nós

temos bons vereadores aqui na Casa que restabelecem a verdade, colocam os pingos nos “is”, todos eles da base do governo, sem dúvida. Acusações levianas não passarão nesta Câmara de Vereadores.

Quero aqui falar sobre algumas coisas muito positivas, nós tivemos hoje a visita do nosso prefeito Sebastião Melo, do vice-prefeito Ricardo Gomes e de alguns dos secretários para falarem sobre os projetos que estão sendo encaminhados para esta Câmara de Vereadores. É uma forma de dar um retorno para todos aqueles que vêm me solicitar informações. "Vereadora, quando nós vamos tratar do Refis? Nós precisamos aprovar o Refis em Porto Alegre, nós precisamos voltar a trabalhar, nós precisamos voltar a gerar emprego e renda”, que é o que essa cidade mais precisa para voltar a se reconstruir, depois de tudo o que nós vivemos no ano passado com o abre e fecha do Covid. Então, gente, fiquem sabendo que nós teremos, sim, o Refis, o RecuperaPOA está vindo para esta Casa, a revogação das parcelas 3, 4 e 5 do aumento do IPTU vai ser votada muito em breve nesta Casa. O projeto de lei complementar vem num momento muito importante do Refis, do RecuperaPOA, tendo a justificativa de que, com a pandemia e com as restrições às atividades econômicas, ficou limitada a capacidade de contribuição por parte da população economicamente ativa. Dito isso, houve um crescimento substancial de inscritos em dívida ativa junto ao Município. Além dessas dívidas, há débitos já parcelados de outros exercícios que podem ser negociados por meio desse projeto; o RecuperaPOA vem como uma tábua de salvação para quem é empreendedor, pequeno, grande, médio. Com a aprovação desse projeto, os contribuintes terão excelentes chances de regularizar a sua situação perante o fisco. Estão contemplados, no projeto, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, IPTU; o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza, o ISS; o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis e os direitos reais a eles relativos, o ITBI; a Taxa de Coleta de Lixo, TCL; a Taxa de Fiscalização, Localização e Funcionamento, o TFLF; e créditos de natureza não tributária inscritos em dívida ativa. Como se percebe, engloba diversos valores, abrangendo inúmeros cidadãos e não apenas dois ou três tipos. Os benefícios do RecuperaPOA preveem a redução dos valores de juros e multa na ordem de 90% para pagamento à vista e de até 70% para pagamento parcelado. Em contrapartida, conforme a Secretaria Municipal da Fazenda, deverá ocorrer um aumento na arrecadação de valores do IPTU, TCL, que não vêm sendo recolhidos, e de valores do ISSQN, através de novas confissões de dívidas do contribuinte. Porto Alegre é uma referência nacional quanto à recuperação de crédito, e, com esse projeto que incentiva a regularização, o contribuinte terá uma excelente oportunidade de conseguir normalizar o seu débito perante o fisco de uma forma apropriada para o seu orçamento, evitando a remessa de seu nome aos órgãos de restrição ao crédito e protesto de dívida. Além disso, nós gostaríamos de colocar aqui algumas questões muito importantes que aconteceram nas últimas duas sessões plenárias; manifestações. A esquerda tem a mania de achar que é dona de determinadas pautas, de que só é mulher, negro, *gay* quem eles consideram aptos a ser, quem pensa igual a eles e é de esquerda. Isso é um acinte, é uma barbaridade, quem não pensa igual a eles não pode ser considerado. Cada dia que passa, a gente prova aqui que existem mulheres, negros e *gays* de direita ou que não são de

esquerda. Existe uma história escrita que vem de antes dos movimentos de esquerda. Sobre as manifestações, as badernas que foram promovidas no País no final de semana, os *black blocs* e companhia, vandalizando, quebrando tudo, isso é a cara de quem não sabe e não quer defender a democracia, de quem é, sim, antidemocrático por natureza, pró-revolução por natureza, pró-quebra de instituição por natureza, que não é o caso dos movimentos verde-amarelos. Quero deixar um recado claro aqui: os movimentos e as manifestações pacíficas, ordeiras e democráticas deste País, há tempos que são os verdes e amarelos. A nossa bandeira jamais voltará a ser vermelha, a não ser através de fraude nas urnas. E tenho dito, obrigada. (Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, quero falar em pauta do projeto do Ver. Mauro Pinheiro, o PLL nº 035/21, que autoriza a participação, a presença de público em eventos esportivos na nossa Cidade. É um projeto que vem dar a possibilidade de as pessoas, respeitando o distanciamento social, terem um pouco de divertimento, um pouco de entretenimento que não seja através das redes sociais, que não seja através da televisão. Uma questão que faz falta, ajuda as pessoas na sua saúde mental. Até por que, se as pessoas podem andar nesses ônibus lotados, em Porto Alegre, e a ATP tenta colocar tudo no mesmo horário, as pessoas podem, respeitando as normas de segurança, assistir a uma partida de futebol; até por que a gente vê, nos finais de semana, um monte de festa clandestina, as pessoas bebendo sem máscara, andando, circulando sem máscara. Então, pode-se permitir que as pessoas assistam partidas de futebol, partidas de vôlei, basquete, competições de natação, todas as formas esportivas. Volto a falar o que eu disse aqui, no início: uma vez alguém falou - e não quero citar o nome - que uma mentira contada mil vezes vira verdade; e uma verdade reafirmada mostra a verdade. Eu posso dizer a vocês que, pela primeira vez na histórica desta Câmara de Vereadores de Porto Alegre, tem um vereador bariátrico. Posso dizer! Antes de o Vereador Gilson Padeiro aqui chegar, eu podia dizer que era a primeira vez que, na história dessa Câmara, que tinha um comerciante. Agora, vir dizer uma inverdade, fazendo campanha, não é coisa de fascista, não é coisa de esquerda, não é coisa de direita, não é coisa de nada, é coisa de falar a verdade. Se falar a verdade, comprova! Realmente, esta Casa teve com titulares duas vereadoras negras. Já teve duas vereadoras negras, uma mulher que veio da periferia, uma mulher que veio das classes mais humildes desta cidade, uma mulher que subia aqui neste púlpito para falar e dizia de onde vinha, dizia o que fazia da sua vida e como chegou a este Parlamento. É como nós dizermos que esta Casa teve um delegado negro que aqui chegou e que sentava do meu lado. Eu perguntava para o Cleiton - a mesma sensação que eu acredito que a Bruna e o Matheus devem ter sentido -, no nosso primeiro mandato, que, quando ele estava lá na vila dele, se ele imaginou o seu nome estar aqui nessa tela como representante não somente das religiões de matriz africana, não somente da polícia, não somente do movimento de tradições gaúchas, mas

também de uma pessoa humilde que saiu das comunidades de Poro Alegre e aqui chegou. Agora, não precisa mentir para se chegar a um objetivo. Quando a vereadora lança a sua campanha para uma convenção, acredito, para ser candidata à governadora, usa esse argumento de que foi a primeira negra vereadora de Porto Alegre, o que não é verdade. Se a vereadora não faz a correção da verdade, a verdade tem de ser dita, e a verdade tem de ser mostrada. Não houve dano nenhum do patrimônio, está lá a foto, eu vejo daqui deste púlpito as fotos das duas vereadoras negras desta Casa. Então, nós tivemos duas vereadoras negras nesta Casa. Estamos tendo, agora, a possibilidade de ter mais três vereadoras negras, é uma possibilidade real. Então, esse fato a gente não pode negar.

Volto a afirmar que coragem para esta Casa, coragem para o governo enfrentar essa questão do transporte não está faltando. Coragem para ajudar os pequenos comerciantes, o pequeno empreendedor da cidade não está faltando para esta Casa e não está faltando para o governo. Agora, o governo e vários membros desta Casa - eu me considero, eu ajudei a formatar essa chapa que hoje administra a cidade de Porto Alegre, eu me considero um membro do governo -, nós não estamos fazendo demagogia, nem politicagem com ninguém; nós estamos resolvendo um problema crônico da cidade de Porto Alegre que vem desde antes da intervenção no sistema de transporte, vem desde antes. Eu fui morador do Partenon, morei a minha infância, minha juventude, minha adolescência no Morro da Cruz e na Vila São José e volto a dizer: tinha o Catarina e o Murialdo que faziam a região, e hoje são da Sudeste. Faziam a região, com os ônibus que abriam as portas sanfonadas na frente e atrás, que tinham o motor na frente do ônibus que vinha para fora; faziam a região, e hoje eles continuam ainda no monopólio do sistema de transporte de Porto Alegre. Nós queremos tirar essa cruz dos trabalhadores num sistema de transporte que já se viu que, sendo 100% público, não deu certo. Um sistema de transporte que vai ajudar as pessoas que precisam usar o sistema de transporte, agora, abrindo totalmente essa caixa de pandora. Muito obrigado Presidente.

(Não revisado pelo orador.).

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, colegas; boa tarde, Presidente. Venho utilizar esta tribuna porque a gente acaba ouvindo uma série de agressões completamente desnecessárias. Eu vi a minha colega Ver.^a Comandante Nádia vir a esta tribuna falar de racismo, algo que ela nem acredita que exista, uma mulher branca, uma mulher que não sabe o que é sofrer com o racismo que os negros e negras sofrem no cotidiano, vem dizer o que é ou não é racismo.

Primeiro, que isso é algo completamente inconcebível. A minha querida colega Nádia acha que esta Casa é um quartel, porque ela quer botar ordem na Casa. Não existe ordem, esta é uma Casa legislativa, esses vereadores foram eleitos,

democraticamente, pelo povo. E não é vereador, comandante ou não comandante, que vai dizer como nós devemos ou não nos portar ou nos manifestar nesta Casa. Eu venho utilizar esta tribuna porque eu acredito que esta Casa é um espaço democrático da cidade. A Ver.^a Fernanda Barth utilizou a expressão "bandeira vermelha". Eu quero dizer que bandeira vermelha está na conta de luz, vereadora! A conta de luz está na bandeira vermelha, está cara para o cidadão e para a cidadã, está cara para as mulheres - essas que tu dizes que não têm que ter jornada reduzida, essas que tu defendes que tenham menores salários, essas que tu defendes que tenham as mesmas condições, como se todas tivessem a tua qualidade de vida. Infelizmente não é assim. As mulheres que vêm do lugar que eu venho são essas que estão na sinaleira por falta de oportunidade do teu governo. Do teu governo que não apresenta possibilidades para que essas mulheres possam trabalhar de forma digna, para que essas mulheres possam, sim, conseguir a sua autonomia econômica. Afinal de contas, foram vocês que fizeram com que mulheres do serviço público tenham que trabalhar mais que os homens; afinal de contas, para vocês, as mulheres têm que, de fato, como ideologia, trabalhar mais, porque são menores, porque precisam estar à disposição. Eu acredito que a gente precisa se posicionar porque não dá para que essas manifestações se coloquem como verdadeiras. Enquanto vereadores vão lá e retiram quadro da parede para fazer discursinho... Se fosse da bancada da esquerda era, sim, vandalismo, porque a Comandante Nádia ia ser a primeira a utilizar esta tribuna para dizer isso. Como não é, como não foi, aí é manifestação... Democracia é só quando é para o lado conservador; democracia só quando é para o lado deles, para poderem falar o que querem. Eu queria ver a Ver.^a Fernanda Barth ter a coragem de utilizar esta tribuna para dizer o que disse das mulheres na reunião de líderes, de manhã. Eu quero ver, vereadora, utilizar esta tribuna e ter a coragem de dizer o que tu disseste das mulheres. O dedo do meio tu utilizas para ti! Eu tenho muito respeito por esta Casa, tenho muito respeito por esta tribuna, tenho muito respeito pelas pessoas que me acompanham. Se fosse eu que utilizasse o dedo do meio para uma colega que está usando a tribuna, eu certamente iria responder.

Então, primeiro, vereadora, eu quero dizer desta tribuna que a gente precisa, cada um, ocupar o seu lugar, o seu lugar de fala. O livro da Djamilia Ribeiro eu recomendo para os colegas que querem utilizar esta tribuna para falar de racismo, esses que nunca enfrentaram o racismo, esses que não sabem o que entrar no mercado, esses que não sabem o que é caminhar, vereador, e ser, sim, perseguido por uma polícia que tem na sua estrutura o racismo! O racismo é estrutural, está presente nesta Casa! Enquanto a gente relativizar o racismo, sim, a juventude negra continua morrendo aos montes nas nossas comunidades, porque a gente fala da juventude negra como se ela não precisasse se utilizar de oportunidades, como se nós tivéssemos as mesmas condições, como se as condições fossem iguais. Eu, nem nascendo de novo, teria as mesmas condições ou partiria do mesmo lugar que as vereadoras que fazem discurso aqui desta tribuna. Eu sei do esforço, e eu falo por mérito, porque eu cheguei aqui com muita luta, cheguei aqui fazendo muito esforço, fui uma menina dessas que fica na sinaleira com suas mães. E, sim, o que definiu a minha chegada até aqui foram oportunidades. Vermelho carrega esse governador, esse prefeito e esse Presidente

bolsonarista, que carrega na sua paleta mais de 500 mil mortos porque negou vacina. Negou vacina por corrupção, negou vacina porque negligenciou o povo brasileiro.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Comandante Nádia (DEM): A Ver.^a Bruna me imputou racismo. Racismo é crime. Eu gostaria que ela, na minha fala, identificasse onde eu fui racista. Essa é uma questão de ordem que eu gostaria que o senhor colocasse no nosso dia e que a vereadora pudesse, aqui, vir discriminar onde eu fui racista, porque isso é crime.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): A Ver.^a Nádia falou que eu falei que ela era racista. Eu falei que ela utilizava a tribuna para falar de racismo. Ela não tem propriedade para falar de racismo - isso foi o que eu falei. Ver.^a Nádia, sintase à disposição para fazer o que a senhora acha melhor fazer. A senhora não tem condições de falar de racismo porque não sabe o que é. Quer falar de juventude negra que morre, mas não sabe o que é!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está registrado. Muito obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Eu só queria receber dois cidadãos que estão aqui na porta de entrada. Eu nunca vi ter que pedir permissão para receber...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Funcionários da Carris?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu preciso conversar com eles sobre um documento que vão me entregar. Então, peço que o senhor permita...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Comandante Nádia.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu não vou sair do plenário, estou em plenário, está na Ordem do Dia. Eu quero receber os cidadãos aqui no plenário, por favor, Ver.^a Nádia. A Nádia radicaliza tudo aqui. Parece que agora é dona do plenário. Assim não dá, Presidente!

Vereador Matheus Gomes (PSOL): Presidente Márcio, eu quero fazer uma questão de ordem porque, enquanto a Ver.^a Bruna ocupava o seu tempo de liderança, a Ver.^a Fernanda Barth fez um gesto obscuro para ela, como forma de contrapor a argumentação que ela fazia da tribuna. Isso é quebra de decoro e nós queremos solicitar as imagens da câmera para verificar se de fato isso ocorreu, porque é o que a Ver.^a Bruna acabou de nos relatar. Em segundo lugar, Presidente Márcio, na

última legislatura desta Casa, foi criado um memorial de vereadores e vereadoras negros, desde o início da Câmara de Vereadores até o presente ano de 2021. Quem propôs a construção dessa galeria foi a Ver.^a Karen Santos, que agora foi a vereadora mais votada da cidade de Porto Alegre. Então, respeitem a vereadora, as iniciativas dela aqui, antes de virem fazer fala oportunista, no plenário, com a luta negra. Respeitem a luta negra, respeitem o movimento negro e as mulheres negras desta Casa.

Vereador Jonas Reis (PT): A minha questão de ordem é pelo seguinte: a Ver.^a Nádia e a Ver.^a Fernanda vieram aqui gritar que a gente espalha mentira, que a esquerda espalha mentira. As maiores espalhadoras de *fake news* de Porto Alegre são a Nádia e a Fernanda. E agora vêm atacar a bancada negra. Minha solidariedade à bancada negra! Os negros e negras vieram para ficar, Ver. Mauro! Vieram para ficar e o lugar deles é, sim, na Câmara! Parabéns pela luta!

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Isso não é questão de ordem. Estão atacando os vereadores aqui. Fazem fila os vereadores da esquerda, para atacar os vereadores. Vamos tocar a sessão, Presidente.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Presidente, eu gostaria, numa questão de ordem, de saber onde está escrito que vereadora branca não pode falar de racismo, porque a Ver.^a Bruna diz que eu não posso; o Ver. Matheus diz que eu não posso. Então, eu gostaria que o senhor deixasse bem explícito aqui que todos nós podemos, sim, falar sobre racismo, sobre homofobia, enfim, porque todos nós aqui estamos pelo povo e ninguém entrou aqui para brincar. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Conforme foi acordado na reunião de líderes, hoje pela manhã, encerraremos esta sessão e imediatamente daremos início à sessão extraordinária, onde correremos a Pauta e a Ordem do Dia. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h12min.)

* * * * *